

Rosalina Carmona



... do Barreiro
ao Alto do Seixalinho.
Um Passado Rural e Operário

Fotografia
Guta de Carvalho

Rosalina Carmona

**...do Barreiro
ao Alto do Seixalinho
Um Passado Rural e Operário**

FOTOGRAFIA
Guta de Carvalho

Ficha técnica

INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA E TEXTO

Rosalina Carmona

FOTOGRAFIA

Guta de Carvalho

REVISÃO DE TEXTO

Manuela Fonseca

CONCEPÇÃO - DESIGN - PRODUÇÃO

Keepers of Light - Imagem Digital, Lda.

www.keepersoflight.pt

SUPERVISÃO GRÁFICA

Guta de Carvalho

IMPRESSÃO

Tipografia Belgráfica

Tiragem – 1.500 exp.

EDIÇÃO

Junta de Freguesia do Alto do Seixalinho

www.jf-altodoseixalinho.pt

1.ª EDIÇÃO

Barreiro, Setembro 2005

Depósito Legal n.º 232652/05

ISBN: 972-99804-0-3

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

©Copyrights 2005 - Rosalina Carmona

©Copyrights 2005 - Guta de Carvalho (Fotografia)

APOIOS

Banco Espírito Santo

Lopes & Marques, S.A.

Habipax-Construções Civas, S.A.

Beira-Rio/Renault-Comércio e Serv. de Automóveis, Lda.

Região de Turismo de Setúbal (Costa Azul)

Índice

Há sempre uma razão...	7
Agradecimentos	9
Prefácio	11
I. Alto do Seixalinho: Preexistências	15
A Ermida gótica de São Marcos da <i>Verderena</i>	17
Visitações da Ordem de Santiago à Ermida de S. Marcos	21
Transcrição e Leitura Paleográfica	21
Leitura actualizada das Visitações	25
D. Francisca de Azambuja e o Convento da Madre de Deus	29
II. O passado rural	47
«O <i>Citio do Chexalinho</i> »: Um quarteirão de vinha no século XVII	49
Antigas Quintas	53
A quinta de S. Marcos do Conselheiro Joaquim António Aguiar	53
Quinta dos Casquilhos	55
Quinta do Convento	56
Quinta do Morgado	58
Quinta da Maceda	58
Quinta da Paiva	59
Quinta do Bráz	59
Quinta da Amoreira	60
Quinta do Gandum	63
III. Emergência de uma Freguesia Operária	65
Primeiros “bairros operários” até à década de 30	67
<i>O Bairro Operário</i>	79
Os anos 30	96
A questão habitacional: veículo ideológico do regime	100
A Condição Operária nos Anos 40. Retratos que impressionam	105
«C.M.B. O Problema Habitacional no Concelho do Barreiro – Estudo – 1948»	109
<i>Casas para Pobres</i>	113
Bairro Frederico Ulrich	113
Bairro Cardeal Cerejeira	119
O Bairro novo da C.U.F	121
O novo Bairro Operário da C.U.F. e o projecto do arquitecto Cristino da Silva	125
Bairro da Federação das Caixas de Previdência	127
Bairro da Guarda Fiscal	129
IV. Em conclusão	133
V. Bibliografia e Fontes	132



Há sempre uma razão...

A Freguesia do Alto do Seixalinho, com os seus mais de 20.000 habitantes, tem algumas características, que resistiram ao seu processo de crescimento, e que nos ajudam a conhecer melhor quem cá vive.

Desde logo a força do Movimento Associativo, com cerca de duas dezenas de Associações, Clubes e Colectividades que atravessam toda a Freguesia e que não deixam indiferentes a generalidade das famílias. Depois é ver os grupos de homens à conversa nas esquinas dos diversos bairros, os convívios nas esplanadas e cafés, a correria pelos lugares e lojas especialmente aos sábados pela manhã, a troca de cumprimentos, a solidariedade, as queixas sobre as diversas agruras da vida, o verbo e a crítica fáceis.

Tudo isto nos levou a uma crescente curiosidade sobre as origens desta Freguesia e das suas gentes e à consequente necessidade de nos conhecermos melhor!

Claro que, sobre esta questão, já tínhamos reunido vários elementos quando publicámos a Monografia do Movimento Associativo, do Carló, mas sentimos que era possível ir mais longe.

Foi assim que chegámos à autora, Dr.^a Rosalina Carmona, a quem aproveitamos para agradecer o excelente trabalho que realizou para a população do Alto do Seixalinho, com o apoio fotográfico de grande qualidade de Guta de Carvalho. Cada um dos habitantes desta zona do Concelho do Barreiro a partir da publicação deste livro conhece melhor as suas origens, conhece-se melhor a si próprio.

Pela nossa parte, consideramos ter assinalado com a publicação deste livro, uma chegada digna aos 20 anos de vida da Junta de Freguesia do Alto do Seixalinho.

José António Antunes

Presidente da Junta de Freguesia
Agosto 2005



Cordoaria do Nicola -1949 - foto cedida por João F. Ferreira

Agradecimentos

À Junta de Freguesia do Alto do Seixalinho, na pessoa do seu Presidente, José António Antunes, pelo convite que me dirigiu e que possibilitou a realização deste trabalho, o qual intenta, através da documentação aqui reunida, melhorar o conhecimento histórico sobre a Freguesia, as suas vivências de várias épocas, compreender e apreender as marcas do passado que constituem algumas das principais referências da sua identidade.

Ao Guta de Carvalho pela mestria com que guia o nosso olhar, iluminando as palavras com belas imagens do passado operário e industrial que foi o Barreiro do último século, registando um tempo em que se cruzam passado e presente.

À Professora Manuela Fonseca pela disponibilidade cordial com que acedeu ao meu pedido de revisão crítica dos textos e prefácio, conjugando os seus afazeres profissionais e os meus prazos apertados.

A D. Maria Eugénia Rebelo de Andrade pela amabilidade com que cedeu imagens históricas da Quinta do Convento.

À Câmara Municipal do Barreiro pela cedência de imagens inéditas dos seus arquivos fotográficos.

Rosalina Carmona



Honra-me este texto solicitado por Rosalina Carmona por razões das quais explicitarei as (que sinto como) mais importantes:

- o respeito pela figura cívica e de trabalhadora intelectual da autora,
- o labor sistematizado que esta investigadora da História tem desenvolvido com o Barreiro como objecto de estudo,
- a minha condição de Barreirense, ávida por conhecimentos acerca do passado da cidade onde nasci, cresci e vivo,
- a identidade de uma terra, hoje em transformação rápida, apr(e)endida nas lições dos Homens, das Mulheres e do Tempo.

Elaborar o prefácio desta obra é, também, um desafio e uma responsabilidade - desafio porque a História é a busca e o encontro de raízes a que pertencemos e que nos fizeram como gente, como grupo de pertença expansão e desenvolvimento de um território moldado no trabalho, no sacrifício, no querer, no(s) saber(es), nas expectativas e esperanças de antepassados que foram a forja de quem e do que somos e o que, como Povo, Barreirense e Português, pretendemos legar aos vindouros e não sei se consigo, aqui, corresponder-lhe; responsabilidade porque não sou especialista da/na área que Rosalina Carmona abraçou e pretendo construir o tecido de palavras que elaboro despido dos lugares-comuns com que os leigos como eu em assuntos históricos tantas vezes os abordam e se lhes referem.

No entendimento de que a forma de conhecimento e fonte de sabedoria em questão resulta do cruzamento do passado de todos com o de cada um de nós para dar mais sentido, se possível, às vidas já desaparecidas, às da actualidade, às que nos sucederão, trago à colação lembranças pessoais dos últimos cinquenta anos, originária, eu própria, de duas famílias ferroviárias, com predomínio de maquinistas: os Hortas pelo lado

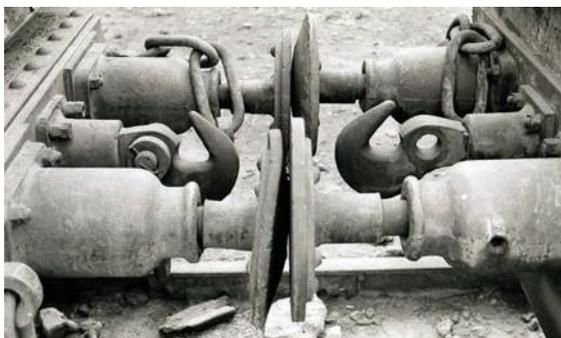
materno, os FONSECAS pelo paterno. Os primeiros, oriundos da Mina de S. Domingos, procuraram sustento um pouco melhor à beira-Tejo; os segundos, chegados ao perímetro compreendido entre Alhos Vedros e o Barreiro pelo castigo social e familiar de um antepassado, aristocrata perdulário, amante de vícios vários que, banido pelos que lhe deram o nome, se tornou maquinista e patriarca - no meio dos espinhos há sempre uma rosa - de quatro gerações ligadas às máquinas a vapor que pararam em mim “para se formar em Letras”, segundo as palavras e os desígnios de meu pai que me terão determinado parte do gosto pela carreira docente.

Desígnios de meu pai, Cristiano da Fonseca Júnior e de minha prima e madrinha, Maria Lucília Horta, que se concretizaram enquanto professora que sou e, também, em viagens que tenho feito, mais ou menos longas, mais ou menos através dos caminhos-de-ferro, sempre com o prazer de trazê-las nos genes (quem sabe?) e, ou, na tradição dos ascendentes. Que passam pelo amor a S. Domingos e Aljustrel, terras quase abandonadas, quase esquecidas nos Verões abrasadores e Invernos bem frios do interior alentejano. Abandonadas, sim, deixadas à (má) sorte de parte de Portugal, a partir de perspectivas de políticos (?) de costas viradas para as populações, pouco consentâneas com as que um país democrático e - dito - desenvolvido. Apesar da estátua ao mineiro, inaugurada recentemente, na primeira, pelo Presidente Sampaio. Apesar do investimento vultuoso no sentido da modernização da mina, na segunda, quando Cavaco Silva chefiava o Governo. Desígnios de meu pai e de minha madrinha ainda na expressão de amor que nutro por Albufeira, por Paris, pelo Porto, por Sevilha, o comboio correndo até essas cidades ou arredores. Na aventura de ter feito metade do percurso do Expresso Oriente numa peripécia profissional insólita na qual o interesse único foi ver os quilómetros e quilómetros que locomotiva e carruagens, insaciáveis, ganhavam por essa Europa. Continente de que o país, infelizmente, parece afastar-se, mais uma vez, pela (ir)responsabilidade dos que ofendem a História e são ignorantes em Geografia.

Estórias na História de um Barreiro em fase difícil e dolorosa da procura de novos caminhos (culturais, formativos, educativos, económicos, sociais). Que se (re)descobrirá pela persistência, o ofício, a ciência dos historiadores. Como Rosalina Carmona, figura exemplar da cidade.

Albufeira, Agosto de 2005

Manuela Fonseca





«Sim, lá no alto era a Paiva. Ia-se por uma azinhaga ciosa de figueiras da Índia, mordentes como bocas, com intervalos de canas altas e um piso vermelho de barros. O casario escasso, perdia-se agora num afã de outros edifícios, e já não via aquelas tílias que davam chá a minha avó, nem aquela rara amoreira, de fruto branco, dulcíssimo, que dava além do mel, a folha com que alimentava os meus bichos da seda.»

TEIXEIRA, Jorge, **O Barreiro que Eu Vi**, Prefácio, revisão e notas de Natalina Catarino, Câmara Municipal do Barreiro, 1993

«O Barreiro é, essencialmente, terra de trabalho. Não há, pode afirmar-se, uma classe ociosa. As camadas predominantes são, sem dúvida, constituídas pelos operários e empregados e pequenos proprietários e comerciantes.

[...]

O número total de varões activos era, em 1940, de 8.622 e destes apenas 5,9% se ocupavam na agricultura. A luta pela vida, ocupa-os e absorve-os. Daí, a primeira causa de desinteresse pela “coisa” política. Depois, e a par dela, existe também uma certa tendência inconformista, um desejo muito forte, mas nem sempre bem caracterizado, de obtenção de mais decisivas conquistas sociais, que permitam o aumento dos seus níveis de vida.»

«C.M.B. O Problema Habitacional no Concelho do Barreiro – Estudo – 1948», Arquivo Municipal do Barreiro

São dois momentos da mesma história.

Um povoado de imagens bucólicas, aromas de campo, marcas de ruralidade.

Outro que respira vigor, memórias fortes, nem sempre boas, mas de esperança no porvir.

Pelo meio fica um tempo de evolução e mudança.

Entre um e outro, define-se a personalidade e o carácter da Freguesia do Alto do Seixalinho, cujo traço mais evidente é a sua feição marcadamente operária.

Rosalina Carmona

Barreiro, 31 de Julho de 2005

I. *Alto do Seixalinho*
Préexistências



A Ermida gótica de São Marcos da Verderena

Na zona que actualmente é conhecida por Alto da Paiva e Casquilhos numa pequena clareira rodeada por terrenos de cultivo, especialmente vinhas, elevando-se em pequeno planalto, ficava localizada a Ermida de S. Marcos.

O conhecimento da sua existência, chega por via de um documento do final do século XV, proveniente do Cartório da Ordem de Santiago, no qual ficaram registadas várias visitas às igrejas e ermidas do então concelho de Alhos Vedros.¹ Designadamente, à Igreja de S. Lourenço em Alhos Vedros, à então ainda Ermida de Santa Cruz no Barreiro, à Igreja de Santa Margarida no Lavradio, e à Ermida de S. Marcos na Verderena Grande.

Datam de 1492 algumas das visitas mais antigas efectuadas pela Ordem às suas terras da Margem Sul.² Neste núcleo de documentos encontra-se uma visita à extinta Ermida de São Marcos, na Verderena.³

O documento não refere a data da construção do imóvel ou quem o terá mandado edificar, mas era costume estas pequenas ermidas serem construídas pelos moradores locais, em honra de santos da sua devoção.

Em 1492 a «*hermida de ssam marcos setuada na uerderena freguesya do dito loguo⁴ d'Alhos Vedros*», era muito pobre, possuindo apenas alguns objectos em prata e os paramentos necessários para a celebração do culto. Tudo estava em poder de uma moradora da Verderena «*hãa molher do dito loguo muyto velha*», a quem foi ordenado que os entregasse ao Juiz de Alhos Vedros, Fernão Rodrigues, que, por sua vez os deveria depositar nas mãos de João Rodrigues Manta, morador na Verderena.

«*todallas ditas Cousas de ssam marcos [as] entregasse a Joham rroiz mãta morador no dito logo da uerderena*».

A visita foi concluída em 16 de Dezembro de 1492.

As notícias sobre a Ermida de S. Marcos são raras. Para além dos documentos relativos às visitas da Ordem de Santiago, apenas conhecemos um outro que se reporta à ermida, por sinal um documento bastante importante para a história do Barreiro, pois cita, entre outros, os nomes de duas figuras de relevo da história do Barreiro: João Rodrigues de Azambuja e Álvaro Velho.

Trata-se de um aforamento feito por D. Jorge de Lencastre, Mestre da Ordem de Santiago, a João Lopes de Sequeira, fidalgo da Casa d'el Rei, pelo tempo de 3 vidas. Trata-se de uma escritura datada de 1521, para aforamento de uma quinta, duas marinhas e duas courelas de vinha; uma pequena com seu mato e outra grande junto a S. Marcos.

A quinta situava-se no termo do concelho e confinava com os moinhos de Gaspar Correia, ou da Verderena. As marinhas andavam a monte e sem governo e estavam abandonadas e desaproveitadas «*estam a monte com seus governos*».

«*hãa delas parte ao norte com camjnho do comçelho e vay pera a Verderena Grande e mojnhos de Gaspar Correa com pedaço de viueiro que parte com o comçelho e a outra mais pequena que se chama Alfarroubeira que esta abaixo do dito loguo da verderena que tambem esta a monte que parte ao norte com marjnha de Joham Roiz do Barreiro⁵, e ao sull com camjnho do comçelho e ao poente com esteiro d'Amrique da Mota⁶ e hãa courela de vinha piquena com seu mato que parte ao norte com camjnho do comçelho e ao sull com vinha de Joham Gomez e ao levante com casas de Joham da Maya e ao poente com estrada do comçelho, e a outra courela de vinha abaixo da Verderena grande que parte ao norte e ao sull e ao levante com camjnho do comçelho e ao poente com vinha de sam miguell e hãa vinha gramde que esta abaixo de sam Marquos que parte ao norte com vinha de dona Brjtiz e ao sull com vinha de Quaterina Gomiz e ao levante com vinha de dona Brjtiz e ao poente com azinhaga...».⁷*

1 Foi o rei D. Manuel I quem concedeu Foral e criou o município de Alhos Vedros em 1514

2 As visitas eram inspecções periódicas efectuadas pelos enviados da Ordem de Santiago às igrejas e povoados sob a sua jurisdição

3 IAN/TT – Ordem de Santiago/Convento de Palmela, Maço 2, Doc. 65

4 Lugar

5 Trata-se de João Rodrigues de Azambuja, ou João Roiz o Pardo, primeiro Alcaide-mor do Barreiro

6 Este Anrique da Mota é, possivelmente, o autor do «Cancioneiro Geral», quinhentista, contemporâneo de Gil Vicente, conforme refere PROENÇA, Ob. cit., pg. 248

7 IAN/TT, Ordem de Santiago, B 50-12 (1521)

O documento enuncia ainda que a «*outra vinha grande que estaa no Barreiro Piqueno e que se achama [sic] a Quimta Piquena que parte ao norte com caminho do comçelho e praya e da bamda do sull com vinha de Joham de Couna e do levante com marjnha da dita Ordem e ate ho poemte com Fernam Diaz e Álvaro velho*»...».

Neste documento, as menções a São Marcos ficam por aqui, sendo a Ermida considerada uma referência para demarcação das propriedades na paisagem rural.

Em 1534 é efectuada nova visitação a S. Marcos, todavia o enviado da Ordem alude sumariamente à capela e não faz qualquer descrição. Só muito mais tarde, em 1553, o edifício é apresentado com todo o pormenor, quanto às características arquitectónicas, à zona envolvente e no que respeita ao seu interior.

Nesta última data é referida com precisão, a localização da Ermida, situada na Verderena Grande, cingida por vinhas, orientada a Nascente/Poente.

«*Visitação da Jrmida de sam marcos çituada junto da verderena a grande amtre as vinhas hũ quarto de legoa / esta leste oeste / não ha memoria de qẽ a ydificou / tem sua comfraria na verderena*».

A Ermida de S. Marcos é descrita como possuindo planta rectangular «*jrmida coadrada perlomgada*», as paredes caiadas «*d'alluenaria*», o tecto era coberto de canas e fixado por tirantes de ferro, o pavimento não possuía qualquer revestimento, o que nos dá a imagem de uma construção de características muito modestas. No interior existia um altar em alvenaria, no qual ardiam duas velas que os devotos acendiam aos sábados «*duas allampadas de vidro diamte do alltar que se asemdem aos sábados*» e uma grande imagem em madeira de S. Marcos, «*hũa Jmagem de vullto de madeira de são marcos cujo orago he a jrmida*» para além de outras imagens mais pequenas.

À entrada, no lado direito, estava uma pia de água benta, em cerâmica com cobertura esmaltada de verde, colocada sobre uma coluna «*hũa pia de barro vidrada verde posta sobre hũ pillar de pedra entramdo pela porta a mão direita*».⁹

A ermida de S. Marcos não tinha adro nem alpendre e o portal principal era de «*alluenaria de pomto [com] hũas portadas de castanho velhas e sãas cõ ferolho e chaue bẽ fechadas*».

Embora não tivesse ermitão permanente, possuía uma pequena residência onde este pousava quando lá permanecia. A casa tinha um quintalinho cujo acesso se fazia pelo interior da ermida, «*hũa casinha da parte do norte omde pousaua o Jrmitão, he de pedra e barro madeirada de pinho de trouxa [e] telhada de valladio [tem] hũa portinha que vai pera hũ quintalinho. Serue-se esta casa e quintall por dentro da jrmida. Não tem Jrmitão*».

A prata e ornamentos da Ermida de S. Marcos eram muito modestos, constituídos por um cálice de prata branco, dois castiçais pequenos, duas galhetas de estanho para a água e o vinho, uma campainha pequena e algumas toalhas de altar de pano da Índia, utilizados nas celebrações do culto.

A confraria de S. Marcos tinha 12 confrades, provavelmente todos moradores na Verderena Grande, que pelo dia de celebração do patrono¹⁰, faziam uma romaria à ermida.

O mordomo da confraria era em 1553 Jorge de Moraes (?) que, curiosamente era o escrivão da confraria de Santa Margarida no Lavradio.

8 Álvaro Velho do Barreiro, o insigne marinheiro e explorador que registou de forma notável a histórica viagem de descobrimento do caminho marítimo para a Índia, possuía marinhas de sal na Verderena junto aos moinhos de Gaspar Correia. «Álvaro Velho do Barreiro faz parte da Literatura de Viagens dos portugueses – mercê do Manuscrito Valentim Fernandes -, como informador, correspondente ou repórter noticioso do famoso editor moravo...» PROENÇA, José Caro – **encobrimientos nos Descobrimientos** Livro I, ed. Câmara Municipal do Barreiro, 2000, pg. 284

9 É curioso que o visitador tenha anotado a existência desta pia de água-benta, certamente o fez por não se tratar de uma vulgar peça de barro vidrado de verde. Nesta época era comum a importação destas peças de cerâmica, sobretudo de Sevilha. Vd. VIEIRA, Alberto e CLODE, Francisco – **A Rota do Açúcar da Madeira**, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996, pg. 207

10 O dia de S. Marcos celebra-se a 25 de Abril



Silva PAIS¹¹, refere que no século XIX a ermida possuía uma valiosa imagem de S. Marcos, provavelmente a imagem gótica anteriormente citada, esculpida em pau-ferro, e que a mesma terá sido leiloadada e adquirida por Manuel Braga Esteves, de Lisboa, juiz da Irmandade de N^ª S^a do Rosário do Barreiro.

Não voltamos a encontrar mais notícias sobre a velha Ermida de S. Marcos.

As ruínas que dela restaram - terá sido destruída por um incêndio - ainda existiam no Alto da Paiva no início do século XX, estando contudo, já referenciadas na cartografia do séc. XIX.



Detalhe da Carta Militar e Topográfica da Península de Setúbal 1813-16, Instituto Geográfico Português, com o topónimo S. Marcos

11 PAIS, Armando da Silva – **O Barreiro Antigo e Moderno**, Câmara Municipal do Barreiro, 1963, pg.404



Antes da construção do Parque da Cidade nos Casquilhos, tivemos oportunidade de visitar aquela zona e constatar a existência de um edifício de grandes proporções, em ruínas, cujas paredes ainda apresentavam pequenos nichos, onde habitualmente se colocam imagens, alguns dos quais ostentavam ainda vestígios de azulejos.

Pelas suas características, é bem provável que estas ruínas fossem o que restou da antiga Ermida de S. Marcos.

Visitações da Ordem de Santiago à Ermida de S. Marcos. Transcrição e Leitura Paleográfica

Vesitação da ermida de ssam marcos
setuada na uerderena freguesya Do
Dito loguo d'Alhos Vedros¹²
1492

Vesitarõ os ditos vesitadores a dita ermida de ssam Marcos
em a qual acharom de prata e ornamētos estas Cousas que sse seguem

¶ hũu qualez de prata branco pequeno com sua patana

¶ hũa vestimēta de pano de lynho tynta em azul toda comprida

¶ dous mãtees *silicet*¹³ hũus laurados de comungar E outros grandes

¶ outras toalhas pequenas lauradas

¶ outras toalhas lauradas

¶ outras toalhas uelhas que estom No altar

¶ hũas galhetas d'estanho

¶ hũu liuro missal de missas votyuas pequeno

¶ hũa Campaynha

¶ hũu frontal nouo de pano de linho cõ figuras *silicet* do achamento da Cruz

¶ outro frontal uelho de pano de lynho

¶ Sete Çirios antre grandes e pequenos

¶ hũu guarda poo de pano de guynee

¶ E porquanto estas cousas estauõ todas ã mão de hũa molher
do dito loguo muyto velha. Mandarõ os ditos vesitadores
aos Juízes d'Alhos Vedros que as entregassẽ todas algũu bõ homẽ
dos moradores do dito loguo da uerderena.

¶ E depois desto aos xbj¹⁴ dias do mes de dezembro da presente era de mjl e iiijLRij¹⁵ os ditos vesitadores
mãdarõ a fernã Roiz Juiz ã alhos Vedros que todallas ditas Cousas de ssam marcos entregasse a Joham
rroiz mãta morador no dito loguo da uerderena. E que teuesse cuidado de lhas entregar sob pena de pagarẽ
Duzentos rreais pera as obras do conueto. E mãdarõ estpruello assy.

¹² Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo - Ordem de Santiago/Convento de Palmela, Maço 2, Doc.65

¹³ Isto é

¹⁴ Aos 16

¹⁵ 1492

Visitação da Yrmida de São
Marcos na Verderena¹⁶
1534

¶ Visitamos a dita Yrmida e achamos
segundo estaa na visitaçãõ passada
por Yso escusamos fazer aquy mais
decraraçãõ.

Visitação da Jrmida de sam marcos
çituada jumto da Verderena
a grande amtre as vinhas hũ
quarto de legoa / esta leste
oeste / não ha memoria de qẽ
a ydificou / tem sua comfraria
na verderena¹⁷
1553

¶ tem a Jrmida hũ alltar d' alluenaria
sobre ele no meio a Rimado a parede
hũ curcofiçõ¹⁸ de vullto de madeira
posto em hũ calluario / da parte
da epistola / hũa Jmagem de vullto
de madeira de são marcos cujo orago he
a jrmida / do avangelho hũ Retauolo
pequeno de Framdes¹⁹ pintado [com] a vero/-
nica²⁰ e no alltar outras Jmagẽs
de vullto pequenas

¶ A jrmida coadrada perlomgada por
Ladrilhar

¶ as paredes d' alluenaria

O teito²¹ madeirado de castanho com llinhas
do mesmo d' emcaniçado telhado e
perçimtado²²

¶ duas allampadas de vidro diamte
do alltar que se asemdem aos sábados
hũa delas d' esmollas que tirãõ pera o azeite

¶ hũa pia de barro vidrada verde posta
sobre hũ pillar de pedra emtramdo
pela porta a mão direita

¶ Não tem grades

16 IAN/TT, Convento de Santiago, Visitação da Villa Nova do Barreiro, Livro 171

17 IAN/TT, Ordem de Santiago/Convento de Palmela, Livro 195, fl 227

18 Um crucifixo

19 Framdes ou Flandres. Trata-se provavelmente de uma obra importada, ou pintura de influência flamenga.

20 Dava-se esta designação às pinturas com a representação do rosto de Cristo.

21 O tecto

22 O tecto era coberto de canas e as paredes fixadas por barras de ferro (tirantes).

¶ hũu portado d'alluenaria de pomto
hũas portadas de castanho velhas
e sãas cõ ferolho e chaue bẽ fechadas

//

¶ Não tem allpendere
nem emterrão na jrmida não tem adro

¶ não tem jimagem nẽ pentura da trimdade

¶ tem hũa casinha da parte do norte
omde pousaua o Jrmitão / he de pedra
e barro madeirada de pinho de trouxa
telhada de valladio / hũa portinha
que vai pera hũ quimtalinho / seruese
esta casa e quimtall por demtro da jrmida

Não tem Jrmitão

prata e ornamentos da Jrmidia

¶ hũ cálix de prata bramco cõ sua patena
O pe Redondo / laurado de Ramos / o [sic]
no do meio laurado de Rozas estremos
o vazõ e patena lliza / hũa cruz de
são Johão no meio pesou hũ marco e
duas omças tem sua caixa

¶ hũa vestimemta de todo comprida usada
de capa de chaull Framjada de Retroz²³
vermelho / azull / e amarello Forada
d'estopa azull /

¶ hũ Fromtall de pano pimtado que esta
no alltar / e hũa toalha de pano da
Jmdia /

¶ duas toalhas mais de pano da Jmdia

¶ hũ elo (?) e duas corediças que seruem
no alltar de pano da Jmdia

¶ hũa pedra d'ara ã hũa Fronha
¶ hũs corporaes d'olamda cõ paulla
e goarda nouos

//

¶ Dous casticaes pequenos d'acofra²⁴ de cano
estão no altar

¶ hũa estante de pão [sic] no altar

¶ Duas galhetas de estanho

23 Franja de fios de seda torcidos

24 Castiçais de açofar, uma liga metálica

¶ hũa campainha pequena
¶ Duos missaes Romãos²⁵ de marca meãa
sãos e bõs

Cera da confraria

¶ Duos çirios Redomdos de çera verde
laurados de folha de cirieiro pesarão
ambos hũa aRoba
¶ quatro capuchos pesou cada hũ três aRateis
¶ trinta çirios de mão d'aRatel e meio
cada hũ/

Comfrades

¶ tem a comfraria xij²⁶ comfrades pagão
o que querem por sua deuação
¶ por seu dia²⁷ mamdar [sic] dizer o mordomo
hũa missa cantada e pregação e
se paga a custa das esmolas que
tira o mordomo / e asy Reforma ha
cera cada hũ ano / e tem prata e ornamentos
que se asenta no lliuro da comfraria

¶ Achou o visitador por mordomo Jorge
de murahe (?) / não lhe tomou comta por
não ser acabado o seu ano / tomo[u] ao
do ano pasado e tirada a ssua despesa
da Receita com diuidas que deuião outros mor/-
domos se achou deuer / mill e quatro/-
çentos e dez reais que ficarão caregados
sobre Jorge de murahe (?) por os Reçerber

25 Dois missais em latim

26 Doze confrades

27 O dia de S. Marcos celebra-se a 25 de Abril

Leitura actualizada das Visitações da Ordem de Santiago à Ermida de S. Marcos

Visitação da Ermida de S. Marcos situada na Verderena, freguesia do
dito lugar de Alhos Vedros
1492²⁸

Visitaram os ditos visitadores a dita ermida de S. Marcos em a qual acharam de prata e ornamentos estas coisas que se seguem:

- ¶ Um cálice de prata branco pequeno com sua patena
- ¶ Uma vestimenta de pano de linho tinta em azul toda comprida
- ¶ Dois mantéis *silicet*²⁹ uns lavrados de comungar e outros grandes
- ¶ Outras toalhas pequenas lavradas
- ¶ Outras toalhas lavradas
- ¶ Outras toalhas velhas que estão no altar
- ¶ Umas galhetas de estanho
- ¶ Um livro missal de missas votivas pequeno
- ¶ Uma campainha
- ¶ Um frontal novo de pano de linho com figuras *silicet* do achamento da Cruz
- ¶ Outro frontal velho de pano de linho
- ¶ Sete círios entre grandes e pequenos
- ¶ Um guarda pó de pano de Guiné

¶ E porquanto estas coisas estavam todas em mão de uma mulher do dito lugar muito velha mandaram os ditos visitadores, aos Juizes de Alhos Vedros, que as entregassem todas [a] algum bom homem dos moradores do dito lugar da Verderena.

¶ E depois disto aos 16 dias do mes de Dezembro da presente era de 1492 os ditos visitadores mandaram a Fernão Rodrigues, Juiz em Alhos Vedros que todas as ditas coisas de S. Marcos entregasse a João Rodrigues Manta, morador no dito lugar da Verderena. E que tivesse cuidado de lhas entregar sob pena de pagarem duzentos reais para as obras do convento.

E mandaram escrevê-lo assim.

28 Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo - Ordem de Santiago/Convento de Palmela, Maço 2, Doc.65

29 Isto é

Visitação da Ermida de São Marcos na Verderena
1534³⁰

¶ Visitamos a dita Ermida e achamos segundo está na visitação passada, por isso escusamos fazer aqui mais declaração.³¹

Visitação da Ermida de São Marcos situada junto da Verderena a Grande, entre as vinhas um quarto de légua. Está Leste/Oeste. Não há memória de quem a edificou. Tem sua confraria na Verderena
1553³²

¶ Tem a Ermida um altar de alvenaria; sobre ele no meio, arrimado à parede um crucifixo de vulto, de madeira, posto em um calvário. Da parte da Epístola uma imagem de vulto de madeira, de São Marcos, cujo orago é a ermida. [Da parte] do Evangelho um retábulo pequeno de Flandres pintado [com] a Verónica e no altar outras imagens de vulto pequenas

¶ A ermida [é] quadrada prolongada, por ladrilhar

¶ As paredes de alvenaria, o tecto madeirado de castanho com linhas do mesmo, de encançado, telhado e percintado

¶ Duas lâmpadas de vidro diante do altar que se acendem aos sábados, uma delas de esmolos que tiram para o azeite.

¶ Uma pia de barro vidrada verde, posta sobre um pilar de pedra entrando pela porta à mão direita.

¶ Não tem grades

¶ Um portado de alvenaria de ponto, umas portadas de castanho, velhas e sãs com ferrolho e chave bem fechadas.

//

+

¶ Não tem alpendre nem enterram na ermida.

Não tem adro

¶ Não tem imagem nem pintura da trindade

¶ Tem uma casinha da parte do Norte onde pousava o ermitão. É de pedra e barro emmadeirada de pinho de trouxa, telhada de valadio. [Tem] uma portinha que vai para um quintalzinho. Serve-se esta casa e quintal por dentro da ermida.

Não tem ermitão.

Prata e ornamentos da Ermida

¶ Um cálice de prata branco com sua patena, o pé redondo lavrado de ramos o do meio lavrado de rosas e estremos. O vaso e patena lisa

Uma cruz de São João no meio pesou um marco e duas onças. Tem sua caixa.

30 IAN/TT, Convento de Santiago, Visitação da Villa Nova do Barreiro, Livro 171

31 São estas as únicas informações que registámos neste ano para a Ermida de S. Marcos

32 IAN/TT, Ordem de Santiago/Convento de Palmela, Livro 195, fl 227

¶ Uma vestimenta de todo comprida usada de capa de Chaúl, franjada de retrós vermelho, azul e amarelo, forrada de estopa azul.

¶ Um frontal de pano pintado que esta no altar e uma toalha de pano da Índia

¶ Duas toalhas mais de pano da Índia

¶ Um elo (?) e duas corrediças que servem no altar de pano da Índia

¶ Uma pedra de ara e uma fronha

¶ Uns corporais de Holanda com paula e guarda novos

//

¶ Dois castiçais pequenos de açofar de cano [que] estão no altar

¶ Uma estante de pau no altar

¶ Duas galhetas de estanho

¶ Uma campainha pequena

¶ Dois missais romanos de marca meã são e bons

Cera da confraria

¶ Dois círios redondos de cera verde lavrados de folha de cerieiro, pesaram ambos uma arroba

¶ Quatro capuchos, pesou cada um três arráteis

¶ Trinta círios de mão de arrátel e meio cada um

Confrades

¶ Tem a confraria 12 confrades. Pagam o que querem por sua devoção

¶ Por seu dia manda dizer o mordomo uma missa cantada e pregação e se paga à custa das esmolos que tira o mordomo e assim reforma a cera cada um ano

Tem prata e ornamentos que se assenta no livro da confraria.

¶ Achou o visitador por mordomo Jorge de Morais (?). Não lhe tomou conta por não ser acabado o seu ano. Tomo[u-a] ao do ano passado e tirada a sua despesa da receita, com dívidas que deviam outros mordomos, se achou dever mil e quatrocentos e dez reais que ficarão carregados sobre Jorge de Morais por os receber.



D. Francisca de Azambuja e o Convento da Madre de Deus

À data da sua construção, o mosteiro da Verderena situava-se num local ermo, no limite do concelho do Barreiro. Erigido sobre um pequeno planalto, dali a vista alcançava todo o vale da Ribeira de Coina e a majestosa silhueta da Serra da Arrábida, onde em meados do século XVI fora fundado o primeiro dos conventos arrábidos.

No mesmo ano em que foi erguido o Convento na Serra da Arrábida, teve início o segundo convento desta Província Franciscana de Santa Maria da Arrábida. Situava-se perto de Palhais, sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres e foi construído a expensas de D. Francisco da Gama, filho do famoso almirante Vasco da Gama.

Em virtude de se situar em local muito insalubre foi posteriormente, decidido pelo Provincial da Ordem dos Arrábidos que o edifício seria demolido e reconstruído em local mais aprazível.

É neste contexto que Dona Francisca de Azambuja se propõe, para à sua custa suportar todas as despesas com a construção da nova casa religiosa.

A construção do Convento da Madre de Deus, mais tarde designado também *da Verderena*, foi promovida por Dona Francisca de Azambuja, tendo sido colocada a primeira pedra no dia 18 de Dezembro de 1591. A sua conclusão arrastar-se-ia até 1609.

Segundo um documento não datado mas, cuja letra é inconfundivelmente do século XVIII, o terreno para edificação do mosteiro foi doado por duas senhoras barreirenses de nome Luísa e Brites de Faria.

«A mui deuota Senhora dona francisca d'azambuja, molher que foi do senhor Alvaro mendes de Vasconcellos, com mui grnde deuoção edificou hum mosteiro da madre de Deus na Verderena com muita perfeição, todo a sua custa, alem de auer sido muy pontual erdeira do amor que tiveram seus paes a nossos frades, os quaes desde que começou a plantarse esta provincia nos hospedarão com muitas charidades em suas casas e acodiram mui largamente a nossas necessidades com suas esmolas e esta senhora depois de ter feito o dito moesteiro costumou a dar aos frades porção ordinaria de carne com outras esmolas e deixou encomendado a seus erdeiros fizessem o mesmo com grandes encarecimentos.

*Não deve esquecer a nossos frades a obrigação em que estamos a duas irmãs que foram moradoras na Verderena as quaes chamauão as rosas, que nos oferecerão e deram graciosamente todo o chão em que esta edificado o moesteiro da madre de Deus, com lorangeiras e arvores frutiferas, com poço de agoa mui boa de beber. E outra fonte para orta e toda a terra da cerca pera dentro, e em sua vida nos fizeram muitas esmolas e charidades que nosso senhor lhe pague em sua gloria».*³³

³³ Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), Cod 68, RES

Dona Francisca, padroeira perpétua do convento, era descendente de uma família da nobreza local, ligada aos mais altos cargos da administração no Barreiro, desde o final do século XV.

Seu avô foi João Rodrigues de Azambuja, o primeiro alcaide-mor do Barreiro, provido neste cargo por D. Manuel I, e nomeado para o ofício de Juiz das Sisas de Vila Nova do Barreiro, com o mantimento anual de 2000 reais, em 7 de Fevereiro de 1521.

«...João Roiz caualeiro da hordê de / samtiaguio que ã esto nos seruira bẽ e fielmente como a nosso seruiço cõpre e querendo lhe fazer graça e merçe temos por bem / e o damos ora nouamente³⁴ daquy ã djante por Juiz das nossas sysas da villa de villa nova do barreiro...».³⁵

Contudo, as referências a esta família remontam, pelo menos a 1492, data em que «Johã Roiz escudeiro del Rey nosso senhor», era um dos homens bons que se apresentaram perante o Visitador da Ordem de Santiago em Alhos Vedros.³⁶

Em 1523, João Rodrigues, edificara no interior da Igreja de Santa Cruz uma capela³⁷ dedicada a N^a S^a dos Prazeres, sendo mencionado, por esse facto, nas visitas da Ordem de Santiago àquele templo do Barreiro.

«E no corpo da dita Igreja da parte do norte contra / o mar estaa huma capela da emvoçam de nosa senhora dos prazeres que fez e edificou João rruiz o pardo³⁸ alcaide / mor da dita villa».³⁹

João Roiz ou Rodrigues terá desempenhado, ao serviço de D. João II, importantes missões marítimas, durante o período dos descobrimentos, onde, presumivelmente terá feito fortuna.

«Assim, João Rodrigues, com uma marynha no Barreiro (e primeiro alcaide-mor desta localidade a partir de 1521), seria figura áulica digna da confiança tanto de D. João II como de D. Manuel, e detentor de uma força produtiva que lhe permitia vida económica desafogada – provavelmente como recompensa pelas suas missões marítimas proveitosas para Portugal».⁴⁰

Esta família permanecerá por três gerações à frente da Câmara do Barreiro, em cargos de confiança da coroa.

Em 1534, o cargo de Alcaide-mor do Barreiro, era ocupado pelo doutor Fernão Roiz de Azambuja, em virtude de João Roiz, seu pai, já ter falecido.⁴¹

O doutor Fernão Roiz de Azambuja era casado com D. Catarina Fernandes e são eles os progenitores de Dona Francisca de Azambuja. Este casal teve ainda os seguintes filhos: João Fernão de Azambuja, o Padre António Pires de Azambuja e provavelmente, Isabel Pires de Azambuja.

João Fernão de Azambuja, que era em 1592 Cavaleiro da Casa del Rei, e Juiz Ordinário da Vila do Barreiro e seu Termo foi, a terceira e última geração dos Azambuja à frente da Câmara do Barreiro.⁴²

Os descendentes de João Rodrigues deixaram o seu nome ligado ao Barreiro, através da edificação de imóveis de carácter religioso, ou por doações feitas, nomeadamente à Casa da Misericórdia.

É o caso do Padre António Pires de Azambuja, *clerigo de missa*, irmão de Dona Francisca, falecido em 1604, que deixou em testamento à Misericórdia do Barreiro, uma morada de casas.

34 O sentido da expressão é: pela primeira vez

35 IAN/TT Chancelaria de D. Manuel I L^o. 37, fl 113 v^o

36 IAN/TT, Ordem de Santiago/Convento de Palmela, Mç. 2 doc. 69

37 A construção de capelas nas igrejas era uma distinção social, estando reservada apenas aos mais abastados, constituindo por isso um sinal de riqueza

38 João Rodrigues nunca usa o apelido Azambuja e na documentação surge com a alcunha de o Pardo. Somente os seus descendentes usam Azambuja. Uma das propriedades constantes da Capela instituída por Dona Francisca de Azambuja a favor do Convento da Verderena era, o Casal do Pardo, situado no termo de Palmela. IAN/TT, Desembargo do Paço e Ilhas, M^o. 1989, doc. 7, cx. 1829

39 IAN/TT, Convento de Santiago, Visitação da Vila de Vila Nova do Barreiro L^o 171, fl. 1-26, (I parte, 1523) MF390

40 PROENÇA, José Caro - **encobrimientos nos Descobrimientos** Livro I, ed. Câmara Municipal do Barreiro, 2000, pg. 71

41 IAN/TT, Convento de Santiago, Visitação da Vila de Vila Nova do Barreiro L^o 171, fl. 1-9, (II parte, 1534) MF390

42 Esta informação consta de uma escritura de registo de venda de uma vinha, junto à Igreja de Santa Cruz . ADS, Notarial do Barreiro, Cx. I, L^o I, 1592



«...separou hum asento de cazas, deixandoas a Mizericordia, que servem de Cazas de despacho...».⁴³

Isabel Pires de Azambuja é igualmente uma senhora desta família, provavelmente também ela filha do doutor Fernão Roiz de Azambuja e neta de João Roiz o Pardo. Só o seu elevado estatuto social lhe permitiria custear as obras, que realizou na Igreja da Misericórdia e com as quais immortalizou o seu nome.⁴⁴

Dona Francisca de Azambuja foi casada com o cavaleiro da Casa Real Álvaro Mendes de Vasconcelos, que em 1578, partiu para Alcácer Quibir com o rei D. Sebastião e lá pereceu, em companhia daquele monarca. Viúva e sem descendência, Dona Francisca, que não voltaria a casar, dedicou o resto da sua vida a obras pias.

É assim que, em 1591, toma o encargo de patrocinar a construção do Convento da Madre de Deus.

Para ligar definitivamente o seu nome àquele edifício mandou executar uma lápide que lá permanece na parede, com os seguintes dizeres:



ESTE MOSTEIRO DA MADRE DE DEUS DA PRO
VINCIA D'ARABIDA FVNDOV E FES A SVA
CVSTA DONA FRANCISCA D'AZAMBVIA NATV
RAL DA VILA DO BAREIRO MOLHER QVE FOI
DE ALVARO MENDES DE VASCONCELOS
QVE FICOV NA BATALHA DEL REI DOM
SEBASTIÃO DO QVAL HE PADROEIRA
PERPETVA E TOMOV ESTA CAPELLA
MOR PERA SVA SEPVLTVRA

A fim de prover ao sustento dos monges arrábidos da Verderena, D. Francisca instituiu um vínculo ou capela, de que constavam várias propriedades, entre as quais o *Casal do Pardo* em Palmela, uma marinha no Lavradio, uma courela de pinhal no sítio do *Vale da Amoreira* em Alhos Vedros, um prazo de sete courelas de vinha no Barreiro, chamado os *Barreiros Pequenos* e o terreno onde ficava a extinta Ermida de Santa Bárbara.⁴⁵

43 IAN/TT, Desembargo do Paço Ilhas, Mç. 1989, doc. 7, Cx. 1829

44 A construção da Igreja da Misericórdia foi autorizada por D. Sebastião em 1569. Cf. CARMONA, Rosalina, *Documentos para a História do Barreiro - A Fundação da Misericórdia do Barreiro*, in *Jornal do Barreiro*, 27 de Janeiro, 1995

Este templo possui um portal decorativo, com a seguinte inscrição lapidar: «ISABEL PIZ DAZÁBUIA.FEZ ESTE PORTAL». Embora não se saiba mais sobre Isabel de Azambuja é de admitir, que, se possa tratar de mais um membro desta linhagem, quiçá também ela neta de João Rodrigues o Pardo, visto a construção da Misericórdia ser contemporânea a todos eles. Usa o apelido Pires de Azambuja tal como o Padre António Pires de Azambuja, irmão de D. Francisca

45 Esta ermida foi construída por Brás da Rocha em 1570, conforme consta do alvará régio da Chancelaria de D. Sebastião. IAN/TT, Ordem de Santiago, Lº 4, fl. 131. A velha ermida quinhentista foi demolida quando a CUF procedeu à expansão do Bairro Operário, então denominado Bairro de Santa Bárbara, em 1932.

O prazo dos Barreiros Pequenos⁴⁶ fora aforado por seu marido, antes da partida para a jornada de África e anos mais tarde, em 1592, D. Francisca de Azambuja, arrenda estes terrenos a Francisco Antunes, de Santarém, por treze anos e treze novidades.

«...hua sua quinta que ella [Dona Francisca] tem no çitio donde chamão ho Barreiro pequeno, termo desta dita villa, que parte do norte cõ praya e do sul cõ camjnho que vaj para o Vale e do leuante cõ vjnhas de Gonçalo Pirez e de Caterina Mendes e do poente cõ camjnho que vaj do mar pera a Verderena ...».⁴⁷

À capela criada por Dona Francisca pertenciam ainda umas propriedades em Azambuja, entre as quais um terreno chamado o Romão, quatro quarteirões em Alpimpiler (?) e dez ou doze estins em Alqueidão.

Ainda no termo do Barreiro duas vinhas, uma no sítio das Searas e outra no sítio das Palmeiras e um *serradinho*.

Em Azeitão, mais dezoito pés de oliveiras na Quinta Nova do Faria. A esta capela juntou D. Francisca «*a terssa, que lhe deixou sua Mãe com o encargo de vinte missas*».

Entre as obrigações da capela contavam-se a de dotar os monges da Verderena, em certas quantidades de peixe fresco ou seco, conforme a época do ano; carne; semanalmente um alqueire de pão; três cântaros de azeite cada ano; um porco de três arrobas para cima pelo Natal; um carneiro pela Páscoa; dois alqueires de pão e um pote de vinho em dia de comemoração dos defuntos.

O administrador da capela devia ainda providenciar todas as reparações necessárias no Convento da Madre de Deus.

A capela obrigava mais a que se concedessem dotes de 25 mil reais pelo casamento de moças pobres do Barreiro.

A padroeira do Convento da Madre de Deus determinou que, a administração dos bens da capela permanecesse, para sempre, dentro da sua família, e «*chamou para primeiro administrador, a seu sobrinho o Doutor Fernando Roiz de Azambuja*».⁴⁸

D. Francisca de Azambuja faleceu em 22 de Janeiro de 1621, tendo sido sepultada no Convento da Madre de Deus, em campa rasa.

Na sua laje tumular consta uma inscrição do seguinte teor:

ESTA SEPVLTVARA
HE DE DONA FRAM
CISQVA DAZAMBVIA
A QVALMANDOVFA
ZER ESTE MOSTE
EIRO A SVA CVSTA E D
ELE HE PADROEIRA
PERPETVA MOREO A
22 DE IANEIRO DE
1621

46 Barreiros Pequenos ou Barreiro Pequeno é um dos mais antigos topónimos do Barreiro, já desaparecidos e esquecidos, pois aparece citado num documento datado de 1483. Ali se refere que «Joham Alvarez escudeiro do dito senhor [é] morador no Barreiro pequeno...» IAN/TT, Chancelaria de D. João II, L^o. 22, fl. 30 v^o.

Ficava para os lados da antiga Ermida de Santa Bárbara e é descrito em 1775 como um campo de vinhedos, rodeando a velha ermida quinhentista. «Hum quarteirão de vinha no termo desta villa no citio chamado dos Barreiros pequenos, místico aos campos da Ermida de St^a Barbara, aforado ao Reverendo Padre João Roiz Preto desta villa...» IAN/TT, Desembargo do Paço, Ilhas, Maio 1989, doc. 7, cx. 1829.

47 A.D.S., Cartório Notarial do Barreiro, Cx. I, L^o 1, 1592

48 IAN/TT, Desembargo do Paço Ilhas, Mç.965, doc. 36.

ESTASEPVLT VRA
I EDE DONAER ANE
SISOVADA X MB VIA
AVALMANDOVFA
ZERE STE MOSTE
TROASVACON STAEQ
ELEFERADROEIB
PERPETVANTOPEOA
22 DEIANEIRODE
16 21



NO ST
AELLA
ALCAN
NESTE
FAZER
DOY
DE NZ
IKOIE



No início do século XVIII o Convento da Madre de Deus da Verderena carecia de obras gerais de reparação, as quais foram patrocinadas por D. João António de La Concha, castelhano de origem, Contratador Geral do Tabaco em 1707/1708, pela grande devoção que tinha pelos franciscanos arrábidos.

«...viu ao convento muito danificado, e ouviu os clamores dos frades, que todos se encaminhavam, a que as trabalhosas doenças, que nelle contrahiam, se originavam de estarem os dormitórios no pavimento do claustro...».⁴⁹

Com o propósito de reconstruir o convento, pretendia D. António ter autorização para ser nele sepultado à data da sua morte, coisa que as disposições testamentárias de Dona Francisca não permitiam. Como solução de recurso foi construída, no exterior do edifício uma pequena capela com esse fim, dedicada a Nosso Senhor dos Passos, que ficou conhecida como Capela Pequena.

Com o desaparecimento da descendência directa dos Azambuja, verificada em 1755 com a morte de Dona Joana Micaela, determinava o testamento de Dona Francisca que a administração dos bens e rendas do Convento passasse para a Misericórdia do Barreiro. Foi o que sucedeu até 1814, quando após demorado pleito judicial, a capela foi retirada àquela instituição, em virtude dos conflitos gerados com a comunidade religiosa.

Com a extinção das ordens regulares masculinas, pelo Decreto de 30 de Maio de 1834, os conventos foram subtraídos à vida monástica e integrados nos Bens Nacionais. Estes imóveis tornaram-se o alvo preferido da burguesia liberal, então no poder, que os adquiriu a preços reduzidos e transformou e adaptou, de forma a corresponder as novas funções de carácter civil.

Nos Autos de Supressão do Convento da Madre de Deus, o edifício é descrito do seguinte modo:

«Está situado este Convento um oitavo de légua ao Sul da Vila do Barreiro. Tem quatro frentes, tendo na frente da banda de Nascente uma Igreja com três altares, púlpito e coro, um Adro. Ao Norte do Adro, uma casa de Hospedaria, tendo mais contigua à Igreja um Alpendre, debaixo do qual ao Norte uma Capela do senhor dos Passos, e ao Sul, a porta principal do Convento.

*Entrando no mesmo há um Claustro, digo um Claustro quadrado; sobre a direita há uma serventia para a Capela-mor da Igreja, ficando neste corredor da banda do Norte a sacristia, da banda do Sul a escada que vai para o coro.»*⁵⁰

O Decreto de extinção dos estabelecimentos religiosos masculinos determinava que «os Vasos Sagrados e paramentos, que serviam ao Culto Divino serão postos à disposição dos Ordinários respectivos para serem distribuídos pelas Igrejas mais necessitadas das Dioceses».⁵¹ Outros deveriam ser preservados com vista à sua inclusão em museus, tendo em conta o seu interesse histórico ou artístico. Os restantes seriam recolhidos pela Casa da Moeda onde seria efectuada a fundição de metais preciosos, sobretudo ouro e prata para amoedar. Todavia, «a operação de fundição para amoedamento dos metais destas peças foi devastadora» e foram poucos os objectos que integraram os fundos museológicos nacionais, sendo que a esmagadora maioria desapareceu no forno e foi transformado em moeda corrente.⁵²

Após o encerramento do Convento da Madre de Deus foi elaborado um inventário de todas as alfaias litúrgicas, paramentos, imagens, pinturas a óleo e vários «objectos sagrados e preciosos» de ouro e prata existentes naquele estabelecimento religioso, tal como determinava o Decreto de Joaquim António de Aguiar, os quais foram entregues à guarda do Pároco de Santa Margarida do Lavradio, Pedro Maria da Costa. A lista de objectos é extensa mas, constitui um documento que nos permite avaliar a natureza do espólio que o Convento possuía.

49 BNL, *Crónica de Santa Maria da Arrábida*, 1728, pg. 726

50 IAN/TT, Arquivo do Ministério das Finanças, Convento da Verderena, Doc. 408, cx. 2259

51 Cf. SEABRA, José Alberto – «Dos Conventos ao Museu: histórias que o forno apagou» in *Inventário do Museu Nacional de Arte Antiga. Coleção de Ourivesaria*, 1º vol., Lisboa, 1995

52 SEABRA. Ob. Cit.





«Relação dos objectos Sagrados que ficão em depósito na mão do Prior do Lavradio, Pedro Maria da Costa:

Três Imagens do Sãcto Christo, em Curzes de pau.

Item. Um Paramento inteiro de setim cor de pérola agalocado de oiro.

Item. Um dicto dicto [sic] de damasco branco, usado.

Item. Um dicto dicto de damasco encarnado.

Item. Nove casulas brancas de damasco de seda.

Item. Duas dictas dictas de damasco de laã.

Item. Quatro dictas de damasco incarnado [sic], agaloadas d'oiro.

Item. Duas dictas do dicto, agaloadas de retrós.

Item. Duas dictas de laã incarnadas.

Item. Tres dictas de damasco roxo, agaloadas d'oiro, digo duas e não tres.

//

Item. Tres dictas de laã, roxas.

Item. Tres dictas de damasco de seda preta.

Item. Duas dictas de laã verdes.

Item. Uma Capa d'Asperges de Setim cor de perola, agaloadada d'oiro.

Item. Uma dicta de damasco branco, agaloadada de retros.

Item. Uma dicta do dicto, encarnada.

Item. Uma dicta do dicto roxa.

Item. Uma dicta de veludo, preta.

Item. Um Frontal de setim cor de pérola, agalocado d'oiro.

Item. Des dictos de diverços estofos e cores.

Item. Dois Pavilhões de damasco branco, bordados d'oiro.

Item. Um dicto do dicto encarnado.

Item. Um dicto do dicto roxo.

Item. Um dicto branco pequeno do Sacrário da Sachristia.

Item. Cinco Bolças brancas

//

Branças para Corporaes, sendo uma delas bordada d'oiro.

Item. Quatro dictas encarnadas.

Item. Tres dictas roxas.

Item. Quatro dictas pretas.

Item. Quatro Veos de Calis brancos.

Item. Cinco dictos encarnados.

Item. Tres dictos roxos.

Item. Tres dictos pretos.

Item. Quatro pallas, sendo tres encarnadas e uma branca.

Item. Uma Umbella de damasco branco.

Item. Nove pares de cortinas de damasco encarnado e de diverços tamanhos, com suas sanefas.

Item. Cette pares de Cortinas de Tafetá, roxas.



Item. Um par de Cortinas pequenas com duas Sanefas, de damasco branco.

Item. Três tunicas do Senhor dos Passos.

//

Item. Dois panos de seda, um bordado a matis e outro cor de rosa, lavrado, ambos muito usados.

Item. Um Pano roxo para estante.

Item. Quatro Mantos pequenos de Nossa senhora.

Item. Dês Alvas de pano de linho sendo algumas com renda.

Item. Dês Amictas e dês Singolas (?)

Item. Quarenta Sanguíneos.

Item. Dês Manutargios (?)

Item. Vinte e dois Corporaes com suas Pallas.

Item. Tres Toalhas finas com rendas, de diverços tamanhos.

Item. Dês Toalas de diverços altares.

Item. Quatro Missaes.

Item. Duas Estantes para dictos.

Item. Tres dictas de coro.

Item. Tres cadeiras para Missas de Requiem.

Item. Dois Sudarios.

Item. Uma Banqueta nova doi-

//

Doirada [sic].

Item. Uma dicta de pau prateada.

Item. Desoito castiças, digo, quatorze castiças de pau pintados e velhos.

Item. Vinte dictos pequenos de estanho.

Item. Seis dictos de casquinha.

Item. Uma Capsula de pau doirado, com chave de ferro, acondicionada em uma caixa.

Item. Uma Alampada grande de latão.

Item. Duas pedras d'Ara.

Item. Oito Alampadas de diversas cores.

Item. Quinze Cadernos de Estações.

Item. Um Porta-pás de bronze doirado.

Item. Tres pare de galhetas com pratos de folha.

//

Item. Uma Caixa para Óstias.

Item. Uma dicta de folha com Incenso.

Item. Desasseis jarras de pau pintadas, de diverços tamanhos para flores.

Item. Um Cofre pequeno para goardar óstias.

Item. Uma Tesoura de bronze para fazer Partículas.

Item. Uma porção de vellas de sêra, que pesou quinze arrobas e meio.



Relação de Objectos Sagrados, porem preciosos

Três Calices de prata doirados com suas patenas e colheres.

Item. Tres cupulas de Calices, de prata doirada, digo duas cupulas de Calices, de prata doiradas, sobre pés de bronze igualmente doirado com suas Patenas e uma Colher.

Item. Uma Pixide de prata doirada

//

Doirada [sic] por dentro.

Item. Um Ciborio de prata.

Item. Uma chave de prata do Sacrario.

Item. Oito Resplendores de prata de diverços tamanhos.

Item. Um Diadema de prata.

Item. Uma Custódia de prata sobre pé de bronze doirado, que isto não vai incluído no peso total da prata dos objectos acima relacionados, ao qual peso montou a nove libras e treze onças e meia.»⁵³

De todos estes objectos deram entrada na Casa da Moeda 6 resplendores; 1 custódia; 1 coroa e 1 chave, tudo isto em prata. Alguns foram posteriormente entregues a várias igrejas, dos quais é possível reconstituir o trajecto.⁵⁴

Nomeadamente à Igreja da Freguesia de S. Saturnino de Fanhões foram cedidos 2 cálices, 2 colheres e 2 patenas.

Para a Igreja de S. Marcos do Arripiado e Mosteiro de Óbidos seguiram respectivamente 2 píxides.

A Igreja de S. Miguel de Alfama recebeu 1 cálice, 1 colher e 1 patena.

Para a Igreja do Sobral «por mão de António José Menezes, com procuração do Parocho e Irmandade» seguiu 1 cálice e 1 patena.

O Hospital de S. José recebeu 2 cálices, 1 colher e 2 patenas.

Por fim é mencionado que «Às Imagens» foram cedidos 2 resplendores.

Pressupõe-se que o remanescente terá sido fundido e transformado em moeda.

⁵³ IAN/TT, Arquivo do Ministério das Finanças, Convento da Verderena, Doc. 408, Cx. 2259

⁵⁴ Estas informações constam de vários documentos do Arquivo da Casa da Moeda, designadamente das «**Contas Correntes dos Objectos Preciosos de Ouro, Prata, e Jóias que pertenceram aos Conventos Suprimidos do Continente do Reino**» editadas em Lisboa pela Imprensa Nacional em 1842









Após o seu encerramento, o Convento da Madre de Deus foi incorporado nos Bens Próprios da Fazenda Nacional e após ter ido à praça pública por três vezes foi por fim, arrematado por Joaquim José de Araújo em 10 de Junho de 1843 pelo valor de 965\$000 réis.

É na posse desta família que o imóvel é transformado e adaptado a residência, especialmente como quinta de veraneio.

Manteve-se na posse da família Araújo até ao princípio do século XX, quando foi vendido por Rui Rebelo de Andrade⁵⁵ aos Nicola Covacich. Em 1969, o antigo Convento da Madre de Deus é adquirido pela Câmara Municipal do Barreiro, com vista à instalação do Museu Municipal, projecto este que todavia, nunca viria a ser concretizado.

Com a revolução de Abril a antiga quinta do Convento conheceu novas funcionalidades e foi espaço de múltiplas vivências, tendo sido ali instalada a Comissão de Moradores do Bairro 7, que lá desenvolveu acções de vária índole, desde actividades culturais, de convívio e esclarecimento político e social.

Em 1995 a Câmara Municipal do Barreiro aprovou os estudos e Projecto de Remodelação e Restauro do imóvel e a integração paisagística dos terrenos envolventes.

A recuperação do Convento da Madre de Deus consistiu numa primeira fase, num processo prospectivo e identificador das marcas de carácter estético e religioso presentes mas, ocultas no edifício, procurando que se tornassem inteligíveis no actual contexto.

Posteriormente seguiu-se a fase de conservação e restauro dos elementos considerados mais interessantes do ponto de vista histórico do edifício.

Apontamentos de épocas passadas, mascarados e emparedados de forma a secularizar o antigo edifício monástico foram surgindo e documentam, actualmente, alguns dos traços mais característicos da arquitectura Arrábida.

Assim, e a exemplo de outros mosteiros fundados pelos frades arrábidos, também o Convento da Madre de Deus apresenta na sua estrutura arquitectónica a *Igreja, a Sacristia, Sala do Capítulo, Casa de Profundis* (sala de meditação), *Dormitórios, Refeitório, Cozinha, Despensa, Casa da Livraria e Casa das Barbas* (era uma convento masculino).⁵⁶

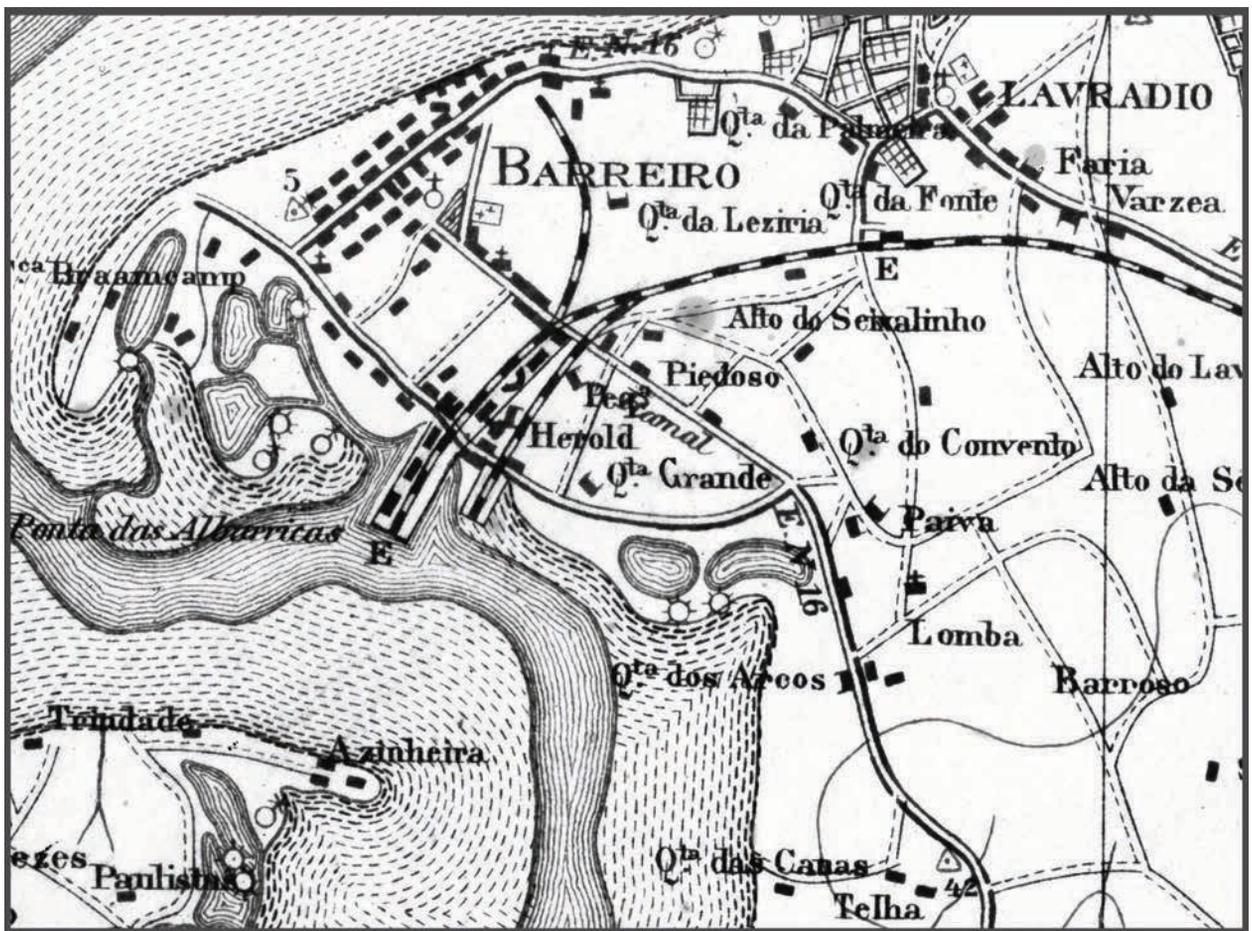
O restauro do edifício possibilitou novas valências, sobretudo com a instalação e funcionamento em 1998 de certos serviços municipais como o Sector do Património Histórico e o Pólo da Biblioteca Pública Municipal. O antigo Convento da Madre de Deus constitui hoje uma referência única do património histórico do Barreiro.

⁵⁵ Rui Rebelo de Andrade foi igualmente proprietário da Quinta Grande, na Verderena.

⁵⁶ Vd. *Convento da Madre de Deus da Verderena*, Sector do Património Histórico Cultural, Câmara Municipal do Barreiro, 1999



II. O Passado Rural



Alto do Seixalinho em 1902. Instituto Geográfico Português, Esc: 1:50 000



«O Citio do Chexalinho»: Um quarteirão de vinha no século XVII

O Alto do Seixalinho localiza-se num pequeno planalto, onde até ao início do século XX, os vinhedos alternavam com retalhos de pinhal, por entre casais e quintãs de pomares verdejantes.

Parte do território que compreende actualmente a freguesia pertencia, em 1553, às povoações da Verderena Grande e Verderena Pequena, ambas no termo da freguesia do Lavradio, concelho de Alhos Vedros, com 59 e 46 habitantes, respectivamente⁵⁷.

A elevação do Barreiro a cidade em 1984, com a conseqüente fundação de duas novas freguesias⁵⁸ - Alto do Seixalinho e Verderena -, determinou a criação de novas divisões administrativas, o que ocasionou que o Convento da Madre de Deus tenha ficado no Alto do Seixalinho.

O lugar da Verderena alongava-se desde o Convento da Madre de Deus, também denominado Alto da Verderena até aos moinhos de maré *da Verderena*, referidos na Carta de Foral do Barreiro como os moinhos de Gaspar Correia. Os vestígios destes moinhos, edificados em 1483 - data em que Gaspar Correia pede aforamento de «*hum esteiro que se diz das Verderenas em Ribatejo*»⁵⁹ - desapareceram nos anos 80 do século XX, sob o aterro do campo de treinos do Futebol Clube Barreirense.

Os limites e confrontações atribuídas à freguesia do Alto do Seixalinho, quando foi fundada em 1985, foram as seguintes:

Pelo Norte confronta com a linha-férrea; pelo Sul com o Parque dos Casquilhos; a Nascente é limitada pela via rápida e a Poente pela Rua Miguel Bombarda e Avenida dos Fuzileiros Navais.

O topónimo «*do Chexalinho*» parece ter origens relativamente recentes, pois as primeiras notícias surgem a partir do século XVII. Do mesmo modo, a denominação contemporânea do local *Alto do Seixalinho*⁶⁰, apenas surge no século XX, em cartografia datada de 1902.⁶¹

Os primeiros informes reportam-se ao «*Citio do Chexalinho*», como um local de campos de cultivo e terras de sementeira, com especial preponderância para a cultura da vinha.

O granjeio da vinha na região remonta à Idade Média, datando de 1298 os testemunhos históricos mais antigos sobre esta actividade, em especial na zona de Alhos Vedros e Lavradio.⁶²

Nos séculos XV e XVI, o vinho era verdadeiramente um dos principais produtos que a *Outra*

57 O Lavradio pertencia então ao concelho de Alhos Vedros, do qual foi desanexado em 1670, alcançando o estatuto de município e o título de Vila. Cf. CARMONA, Rosalina – **Lavradio A Igreja de Santa Margarida 1492-1569**, ed. Junta de Freguesia do Lavradio, 2004, pg.42.

58 A fundação da freguesia do Barreiro foi promovida por D. João II e data de 1487. vd. LEAL, Ana de Sousa, «Documentos para a História do Município do Barreiro» in *Um Olhar sobre o Barreiro*, nº3, II Série, 1990, ed. Augusto Valegas, pg.3

59 IAN/TT, Chancelaria de D. João II, L.º 22, fl. 30

60 É provável que a origem do topónimo se relacione com as características geomorfológicas dos solos e a abundante existência no local de pequenos seixos (seixinhos). A grafia e a fonética poderão ter evoluído a partir de formas como Cheixinhos, Chexalinho, Seixalinho. Encontrámos por uma vez, uma grafia diferente, o que provavelmente se deve a erro do escrivão. Trata-se de um documento datado de 1792, referente a um sítio existente na recosta, (o Vale de Pegas) que confrontava com uma estrada pública para “o Xeixalinho”. Cf. ADS Notarial do Barreiro, 1790/95.

61 Instituto Geográfico e Cadastral, Carta de Portugal, 1902, Esc.: 1:50.000

62 Nesta data foi celebrado um contrato, através de uma Carta de Escambo, entre Pero Infante, cavaleiro, e João Domingos pelo qual trocavam entre si uma courela de vinha, o que demonstra a antiguidade da exploração e cultivo da vinha nesta região. Cf. CARMONA, Rosalina – **Lavradio A Igreja de Santa Margarida 1492-1569**, ed. Junta de Freguesia do Lavradio, 2004, pg.15.



Banda oferecia em maior quantidade e qualidade ao consumo lisboeta⁶³, a par do sal⁶⁴ e da lenha⁶⁵. Em 1775, por determinação régia, foram elaborados inventários das propriedades pertencentes aos chamados corpos de mão-morta (igrejas, ermidas, irmandades, confrarias e Misericórdias). O estudo desta documentação revela que a maior parte do património eclesiástico no Barreiro, era constituído por vinhas e bacelos, o que, uma vez mais, vem confirmar a importância da vinha, como a cultura predominante em toda a região.

Os documentos em análise foram organizados em 1775, tendo como base velhos tomos de propriedades⁶⁶, mas remetem para épocas anteriores. Nestes róis surgem informações referentes ao Barreiro e seu termo, incluindo o Seixalinho, mas, datadas para períodos antecedentes ao século XVIII. É neste acervo documental que, pela primeira vez, vem citado o topónimo «*Cheixalinho*», num conjunto de propriedades pertencentes à Misericórdia do Barreiro em 1775, respeitante a uma fazenda composta por um quarteirão de vinha no «*Citio do Chexalinho*».

A courela do «*Cheixalinho*» estava arrendada em 1690 a Manuel Jorge, que pagava por ela o foro anual de setecentos réis. A propriedade fora legada à Misericórdia pela viúva de Domingos das Neves, que a herdara de seu avô Domingos Fernandes, de alcunha o *Estalabardo*.

«*Manuel Jorge paga de foro sette centos reis de hum quarteirão de vinha no Citio do Chexalinho, que foi da veuva de Domingos das Neves por lhe ficar de seu Avo Domingos Fernandes o Estalabardo no anno de 1690*».⁶⁷

O «*Citio do Chexalinho*» e as suas vinhas voltam a ser referidos novamente no mesmo documento, onde se declara que Manuel Dias *Derrabado*, trazia arrendadas umas casas na Rua da Figueira⁶⁸ e mais um quarteirão de vinha «*no Citio do Chexalinho*».

«*Manuel Dias de Rabado paga de foro mil e oitocentos Reis a saber pelas casas na Rua da figueira dez tostões e por hum quarteirão de vinha no citio do Chexalinho oitocentos Reis, as casas forão de António da Silveira, por as haver deixado a Mizericordia Juliana Fernandes no anno de 1627 e o quarteirão o comprou a Antónia dos Santos a Ruiva*».⁶⁹

Outras referências ao topónimo *Seixalinho* surgem em documentação relativa à cobrança de foros, devidos ao Duque do Cadaval, Dom Miguel Álvares Pereira de Melo, em 28 de Janeiro de 1808.⁷⁰

Entre as propriedades citadas, constam várias courelas de vinha, todas localizadas entre os Silveiros, a quinta dos Casquilhos, e, descendo pela encosta até à quinta da Maceda, em direcção aos moinhos da Verderena.

Uma destas courelas denominava-se mesmo de *Seixalinho*.

«*Um quarteirão de vinha sito no sitio do Seixalinho termo desta vila, que parte do Norte e Sul com vinha de José Miguel Saraiva, Nascente com campo de Luís de Castro e Poente com estrada pública...*».

63 Os vinhos da Outra Banda contam-se entre os mais afamados e preferidos até pelos «Senhores & homes mimosos de Flãdres & Alemanha» LEÃO, Duarte Nunes do – **Descrição do Reino de Portugal**, Lisboa, 1610, pg. 41.

64 Segundo, RAU, Virgínia - **Estudos Sobre o Sal Português**, Lisboa, ed. Presença, 1985pgs. 64-65, a exploração do sal nesta zona já era praticada no século XIII.

65 No século XVI a Outra Banda era uma imensa gândara, coberta de pinhal, sobre e azinho, que fornecia a Lisboa o combustível indispensável ao consumo doméstico e industrial – a lenha – para os inúmeros fornos de cerâmica, vidro, cal, entre muitos outros e, naturalmente os fornos de cozer pão, Cf. BUARCOS, João Brandão, **Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552**, org. José Felicidade Alves, Horizonte, Lisboa, 1992, pg. 82

66 Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), Desembargo do Paço, Ilhas, Maço 1989, doc. 7, cx. 1829

67 IAN/TT, Desembargo do Paço, Ilhas, Maço 1989, doc. 7, cx. 1829

68 Actual Travessa da Figueira?

69 IAN/TT, Desembargo do Paço, Ilhas, Maço 1989, doc. 7, cx. 1829

70 IAN/TT, Provedoria de Setúbal, Maço 110, Doc. 21



Esta vinha estava arrendada a João Joaquim de Santana, que pagava por ela oitocentos réis anuais à casa do Cadaval.

«Auto de Sequestro em hum coarteirão de vinha chamado o Seixalinho, termo desta vila, de que é foreiro João Joaquim de Santa Anna.

*Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil outocentos outo annos ao primeiro de Fevereiro do dito anno nesta Villa do Barreiro no termo della, há o quarteirão chamado do Seixalinho, do qual esta de posse João Joaquim de Santa Anna, onde eu Escrivão vim em companhia do Alcaide deste Juízo, Paulo Baptista, o qual em observancia da ordem da Intendencia Geral da Policia derigida ao Juizo da Provedoria desta comarca de Setubal e do mesmo este Juízo fez sequestro em o dito coarteirão de vinha...».*⁷¹

Um outro prazo foreiro à casa do Cadaval, era composto por uma vinha chamada a Brenha Pequena⁷² *«com hua casa piquena dentro, cita no termo desta vila, que parte do Norte com azinhaga pública⁷³, Sul com vinha dos herdeiros do Capitão Manuel Cordeiro⁷⁴, Nascente com vinha dos ditos e Poente com estrada pública⁷⁵...»* que estava arrendada a António Marques da Muda, morador no Barreiro.

Mais duas courelas de vinha, apelidadas Buzeira e Mal-me-ajudas⁷⁶, constituíam outro prazo, aforado a Manuel da Paiva Simões, por quatro mil e duzentos réis anuais e duas galinhas, tal como a fazenda murada da Verderena.

*«Uma fazenda murada e valada⁷⁷, no sitio da Verderena termo desta vila que se compõe de sobrados, loges, com seu pateo, vinha, posso, nora e algumas árvores de fruto, que parte do Norte e Sul com courelas de vinha de Belchior Raymundo de Cerqueira, Nascente com caminho que desce do alto da Verderena e Poente com estrada pública que vai do Barreiro para a Telha...».*⁷⁸

A protecção das vinhas contra a invasão e destruição provocada pelos gados, e muito provavelmente também contra os furtos, constituía no século XIX uma preocupação do município, que anualmente procedia à nomeação dos guardas das vinhas, ou guardas rurais *«para impedir que as fazendas sejam invadidas por gados que tudo estragam».*⁷⁹ A sua obrigação era vigiar certas áreas denominadas “Guardas” durante os meses de Junho a Setembro. O desempenho das suas funções passava por *«tapar todos os portaes(?) das vinhas e lempar as latadas das mesmas cortando as silvas e piteiras das mesmas, e não premetindo que atravesem as mesmas vinhas...»*⁸⁰.

71 IAN/TT, Provedoria de Setúbal, Maço 110, Doc. 21

72 Esta vinha localizava-se junto à estrada da Maceda, segundo um documento do Arquivo Distrital de Setúbal (A.D.S.), Cartório Notarial do Barreiro, L.º 54 (1843-1852)

73 É provável que a actual Avenida Calouste Gulbenkian assente no leito desta antiga azinhaga

74 A quinta do Cordeiro confrontava com a quinta do Paiva, como se pode perceber pela Carta Militar e Topográfica da Península de Setúbal, 1813-1816, Instituto Geográfico Português

75 Antiga estrada que saía do Barreiro para a Telha

76 A courela Mal-me-ajudas situava-se onde hoje está edificado o quartel do Corpo de Bombeiros da Salvação Pública, à entrada da freguesia de Santo André

77 Com muros de pedra solta

78 IAN/TT, Provedoria de Setúbal, Maço 110, Doc. 21

79 Arquivo Municipal do Barreiro, (A.M.B.) Livro dos Acórdãos da Câmara Municipal do Barreiro, 1854-1861

80 A.M.B., Livro de Actas da C.M.B., 1872, fl. 58



Carta Corográfica de Portugal com o topónimo Vinha Grande em 1953
Instituto Geográfico Português, esc: 1:50 000

Se abandonassem a sua obrigação antes do final de Setembro, não seriam «*obrigados os fazendeiros a pagar a dita Guarda*».

A documentação do século XIX dá conta da existência de guardas nos Silveiros, Recosta, Rossio⁸¹, no sítio das Searas⁸², Maceda⁸³, Palmeiras, Verderena e Telha.

Locais como o actual Largo Alexandre Herculano, o Bairro das Palmeiras, a antiga Escavadeira, o Alto do Seixalinho, o Alto dos Silveiros, o Alto da Paiva, Recosta e zona da Bonfim, o Parque da Cidade até Santo André e Telha - eram amenas e soalheiras terras de vinhedo, sulcadas por caminhos de piteiras e atalhos de valados.

Tudo isto desapareceu em pouco mais de meio século, prefigurando uma época fortemente marcada pela industrialização, migrações e urbanização desenfreada, que enchia de espanto os olhos dos contemporâneos. «Sentia-me perplexo e aturdido. Tinha desaparecido a paisagem que eu trouxera tantos anos nos olhos. Onde estavam agora as salinas orladas de salgadeiras, com pirâmides de sal à beira-rio? Esses valados grossos, cobertos de canaviais, onde a minha inquietude arrancava cavalinhos de cana? Esses fundos marnotos, avermelhados, onde a água engrossava e se desfazia em neves?»⁸⁴

As palavras de Jorge Teixeira, marcadas pela surpresa e desapontamento constituem, a este respeito, um dos testemunhos mais eloquentes.

As marcas do passado rural do Alto do Seixalinho, sobretudo a memória das actividades agrícolas relacionadas com o cultivo da vinha, são hoje raros ou inexistentes. Um dos últimos topónimos que remete para esse passado rústico era a quinta da Vinha Grande, perto do Parque dos Casquilhos, que desapareceu, recentemente, com a urbanização daquela zona.

81 O Rossio estendia-se desde os terrenos junto à Igreja de Santa Cruz, conforme documentos da Conservatória do Seixal datados de 1887, prolongando-se para lá da linha férrea do Barreiro-A

82 Junto ao Largo das Obras

83 A Maceda situava-se abaixo da quinta dos Casquilhos, perto da quinta nova da Telha e dos moinhos da Verderena.

84 TEIXEIRA, Jorge, **O Barreiro que Eu Vi**, Prefácio, revisão e notas de Natalina Catarino, Câmara Municipal do Barreiro, 1993, pg.28



Antigas Quintas

A existência de quintas e casais, um pouco dispersos pela paisagem, era a característica dominante, até ao início do século XX, na área que hoje constitui a freguesia do Alto do Seixalinho.

Algumas destas quintas eram belas casas apalaçadas, propriedade de famílias oriundas da capital, que buscavam repouso na Margem Sul, onde passavam as suas temporadas de recreio.

Outras nem tanto; constituíam pequenas fazendas de pomares, ou casais agrícolas, das quais os seus proprietários retiravam o sustento do dia-a-dia.

O conjunto de topónimos presente na Carta Militar da Península de Setúbal dá conta da existência de outras tantas propriedades com os mesmos nomes.

A quinta de S. Marcos do Conselheiro Joaquim António Aguiar

A quinta de S. Marcos situava-se muito provavelmente junto da antiga Ermida homónima.

A sua existência é anterior ao grande terramoto de 1755, que para além da forte destruição provocada na baixa lisboeta, terá afectado igualmente a Margem Sul. Num documento do final do século XVIII ou princípios de XIX refere-se que a quinta de S. Marcos se achava em ruínas, em virtude dos estragos provocados no seu casario por aquele trágico acontecimento.

«Pertence a Francisco Agostinho de Mello Lobo e Meneses huma quinta no Alto da Verderena intitulada S. Marcos, freguesia do Lavradio Distrito da Villa do Barreiro; cuja quinta por andar hūs annos arrendada pelo pai do suplicante e se achar a quinta arruinada e sem casas por cahirem na ocasião do memoravel terramoto...»⁸⁵.

A partir de meados do século XIX, a quinta de S. Marcos viria a tornar-se conhecida, em virtude de a ela ficar associado o nome do Conselheiro Joaquim António de Aguiar que ali permaneceu algumas temporadas. Em 14 de Janeiro de 1853, o ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça de D. Pedro IV, famoso por ter assinado o decreto de extinção das ordens religiosas, encontrava-se no Barreiro, onde arrendou um terreno baldio à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santa Cruz. O baldio confinava

85 IAN/TT, Provedoria de Setúbal, Maço 9 doc. 34

com os moinhos da Verderena que, actualmente, se acham soterrados sob campo de treinos do Futebol Clube Barreirense. Este terreno fora uma antiga marinha, entretanto abandonada.⁸⁶

No documento pode-se ler que o «*Exelentissimo Conçelheiro Joaquim António de Aguiar*» tomou de aforamento à Irmandade do Santíssimo da freguesia de Santa Cruz «*hum piqueno baldio imculto junto à caldeira do Moinho da Verderena termo desta Villa, [do Barreiro] o qual parte pelo Norte com a Caldeira do Desembargador Francisco Rodrigues Cordeiro*⁸⁷, Sul com estrada que o divide da Quinta dos Arcos, Nascente com Largo da Maçada, e Poente com caldeira do dito Moinho, cujo terreno em tempos remotos foi Marinha⁸⁸ tomado de Aforamento à irmandade por Manuel de Paiva Simões em cinco de Janeiro de mil setecentos e oitenta e hum».⁸⁹

Uns meses mais tarde, em Abril do mesmo ano, o Dr. Joaquim António Aguiar passou o aforamento do baldio «*chamado a Marinha Velha que se acha confundido com a caldeira do Moinho da Verderena*»⁹⁰ a Manuel dos Santos da Costa, viúvo, morador no Barreiro e então proprietário do moinho da Verderena. O conselheiro «*estava rezolvido a ceder e traspasar o referido terreno assim aforado, em a pessoa do segundo outorgante Manuel dos Santos da Costa, tal qual o havia aforado sem pagamento ou conpeções alguma*». Em 1853 Joaquim António Aguiar já adquirira a Quinta de S. Marcos, e, em Maio voltou a fazer outro negócio com Manuel dos Santos da Costa, desta vez para lhe comprar as lamas da Marinha Velha, para a sua Quinta de Sam Marcos.

Por um Instrumento de obrigação e «*conçentimento que faz Manuel dos Santos da Costa ao Exelentissimo Conçelheiro Joaquim António de Aguiar para poder tirar de hum terreno baldio denominado de Marinha Velha e da caldeira do seu moinho, tudo no sitio da Maçada, a lama que precisar para a sua Quinta de Sam Marcos*». As lamas destinar-se-iam certamente a adubar e melhorar os terrenos de cultivo da quinta de S. Marcos. A 26 de Maio de 1874, o Conselheiro Joaquim António de Aguiar encontrava-se a passar uma temporada na sua quinta do Barreiro, tendo repentinamente falecido. Antes de seguir para Lisboa, onde seria sepultado, foi celebrada uma missa de corpo presente na Capela do Convento da Madre de Deus, propriedade do seu amigo e testamenteiro, o Conselheiro Augusto Gomes de Araújo.⁹¹

A quinta de S. Marcos confrontava com a quinta da Maceda e azinhaga pública que saía da quinta da Paiva⁹² e em 1963 estava incorporada na quinta dos Casquilhos.

A propriedade era constituída pela Casa principal, uma casa em ruínas, 2 poços e 2 tanques para armazenamento de água e terras de sementeira o caminho público que atravessava a propriedade entroncava na Estrada da Maceda.



86 A exploração de sal nas margens do Coima é uma actividade que data do início do século XIV, Cf. VARGAS, José Manuel – «O mais antigo documento, conhecido, para a História do Barreiro» in Um Olhar sobre o Barreiro nº 1, III Série, 1992, e, prosseguiu durante mais de quinhentos anos. Dos moinhos da Verderena até à Recosta, as marinhas de sal eram uma referência na paisagem ribeirinha, ainda nos primeiros anos do século XX. Em 1901, José Raimundo e seu irmão Luís José Raimundo fazem escritura de troca de marinhas na Verderena «uma marinha sita na Verderena, conjunta com outra, que parte de Norte e Sul e Poente com Rio de Coima e Nascente com Quinta dos Arcos». A.D.S., Cartório Notarial do Barreiro, Lº 41, (1901-1910).

Jorge Teixeira recorda a sua meninice passada na prainha salineira da Verderena «...as salinas orladas de salgadeiras, com pirâmides de sal à beira-rio ...». TEIXEIRA, Jorge, **O Barreiro que Eu Vi**, Prefácio, revisão e notas de Natalina Catarino, Câmara Municipal do Barreiro, 1993, pg.28.

87 Este Cordeiro é por certo o mesmo, cujo topónimo consta da Carta Militar e Topográfica da Península de Setúbal, 1813-1816, Instituto Geográfico e Cadastral.

88 Em 1795, a Condessa de Lumiares, proprietária da Quinta Grande, solicitava autorização ao Senado da Câmara da Vila do Barreiro «para a factura de uma Marinha» de fazer sal «na praia da dita sua Quinta, afastada de um viveiro antiquíssimo». Arquivo Municipal do Barreiro, Livro dos Títulos dos Aforamentos da Câmara Municipal do Barreiro, 1807-1865, fl.6

A Carta Militar e Topográfica da Península de Setúbal 1813-1816 ilustra a localização de várias salinas que se estendem ao longo da chamada Praia da Recosta.

89 A.D.S., Cartório Notarial do Barreiro, Livro 57, fl. 20

90 Idem, fl. 28

91 PAIS, Armando da Silva – **O Barreiro Antigo e Moderno**, Câmara Municipal do Barreiro, 1963, pg. 403

92 Livro das Descrições Prediais, 1931, Conservatória do Seixal (policopiado)



Quinta dos Casquilhos

Confrontava com as quintas de S. Marcos e da Maceda. A propriedade andava em praça em 1902. Compunha-se de parte rústica e urbana: a primeira constava de terras de sementeira, horta, vinha, olival e alguns pinheiros. Tinha dois poços, um com nora e tanque e outro com moinho automático, tanque e bomba para levar água para o jardim, latada de parreiras com esteios de ferro, tanque para lavar e para regas, mina de água com regadeiras para condução da água e pequeno bosque.

Na parte urbana destacavam-se três corpos: vasta casa de habitação com lojas e primeiro andar. Neste existiam doze divisões. Na sala de jantar possuía um recanto em mármore e estuque com uma torneira para água. Um dos compartimentos era retrete em mármore e madeira, com lavatórios em pedra branca e uma torneira. Outro dos compartimentos era retrete «para creados». Além destes compartimentos havia uma dispensa e pequeno sótão.

A entrada, que devia ser majestosa, fazia-se pelo jardim, através de escadaria de pedra com grades de ferro. Além da entrada principal existia outra mais reservada. As lojas constavam de adega, celeiro, e casa para caseiro, com quatro compartimentos.

«Junto à casa está um jardim guardado por um gradeamento de ferro montado sobre um muro de pedra e cal; tem um largo, canteiros, árvores de jardim e palmeira.»

No segundo corpo a casa da malta com forno, abegoaria, manjedoura e pia de pedra, constituíam as dependências para o serviço de lavoura.

«O terceiro corpo compõe-se de casa para guardar carro, arribana, casa para criação com três compartimentos vedada à frente com rede de arame e casa de arrecadação.»⁹³

Em 1928 a quinta dos Casquilhos tinha sido adquirida pela C.U.F. «que acabou ali com a maior parte das culturas, mandando-lhe plantar eucaliptos.»⁹⁴

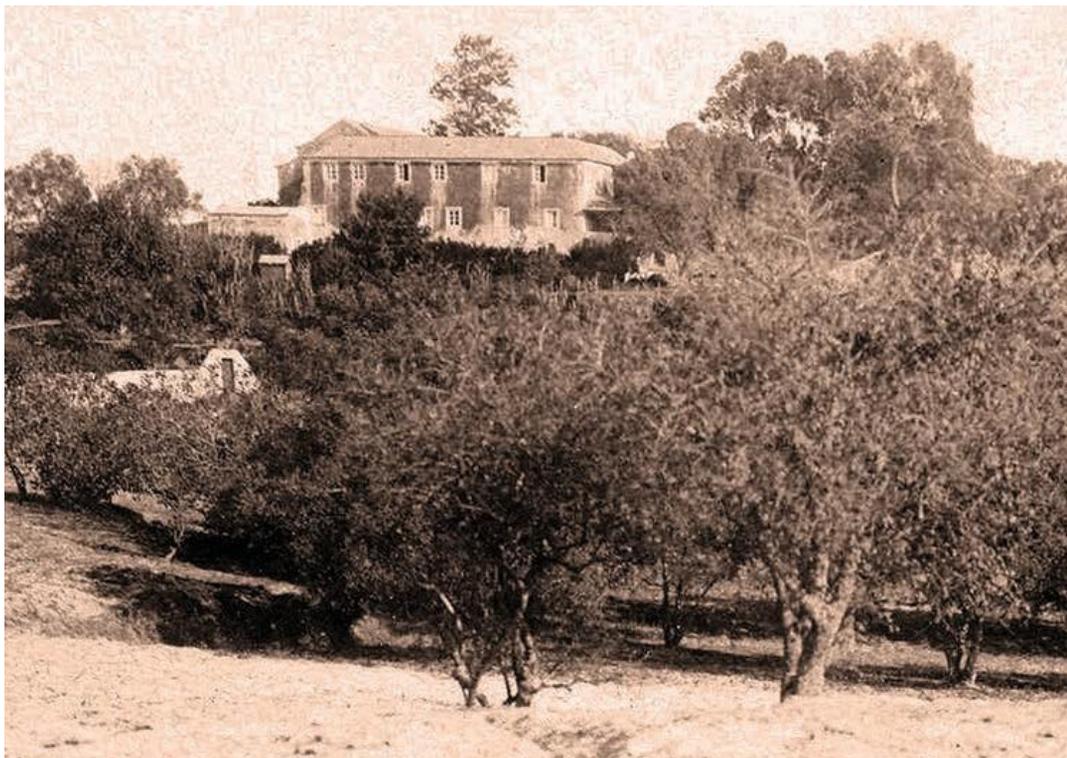
Nos anos 30 a quinta dos Casquilhos era local de confraternização e realização de grandes piqueniques e festas campestres, promovidas pela C.U.F. Foram vários os bailes ali realizados, abrilhantados pela Banda da Liga de Instrução e Recreio da C.U.F. e por bandas de música jazz, tão em voga no Barreiro por essa época.⁹⁵

Em 1961, parte dos terrenos da Quinta dos Casquilhos foram cedidos pela C.U.F. ao Patriarcado de Lisboa, para a construção do então denominado Externato Diocesano Manuel de Mello, actual Escola Secundária dos Casquilhos.

93 Jornal «O Sul do Tejo», 1902

94 PAIS, Armando da Silva – **O Barreiro Antigo e Moderno**, Câmara Municipal do Barreiro, 1963, pg. 413

95 Colecção de Programas de actividades culturais, desportivas, recreativas e outras, oferecido por José António Marques à Biblioteca Municipal do Barreiro.



Quinta do Convento

Após a extinção das ordens religiosas, em 1834, grande parte dos bens eclesiásticos foram incorporados na Fazenda Nacional, sendo posteriormente alienados pelo Estado a particulares.

Foi o caso do extinto Convento da Madre de Deus, colocado em praça pública por três vezes. Seria arrematado por Joaquim José de Araújo em 31 de Maio de 1843, pelo valor de 965\$000 réis.

Joaquim José de Araújo era «proprietário e lavrador no Barreiro»⁹⁶, Comendador da Ordem de Cristo e Cavaleiro da Real Ordem Militar da Legião de Honra de França. Casou com D. Henriqueta Leonor Gomes de Araújo, fundadora do Asilo D. Pedro V no Barreiro.

O anúncio público de venda do Convento, descreve o imóvel como «*Prédio rústico e urbano, no sítio da Verderena, concelho do Barreiro, que se compõe de um claustro quadrado, casa de hospedaria, de capitulo, outra grande de abóbada com duas janelas que deitam para o Norte, casa de perfundes*⁹⁷, *refeitório e cozinha, quatro dormitórios e outras officinas, incluída a Igreja da sacristia; e da respectiva cerca, que consta de dous poços de boa agoa, pequena fonte, tanque no centro, vinha, terras de hortar, parreiras, algumas laranjeiras, e arvores de fructo de caroco, e pequena terra de sementeira, murada em parte e outras valada. Esta propriedade denominava-se Convento de Nossa Senhora da Madre de Deus, da Ordem dos Franciscanos...*».⁹⁸

Após a sua aquisição, o edifício foi transformado numa aprazível casa de campo, denominando-se a partir de então quinta do Convento.

96 PAIS, ob. cit., pg. 161

97 Casa de meditação

98 IAN/TT, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Carta de Arrematação 1413 A



O Convento da Madre de Deus nos finais do Século XIX. Imagens gentilmente cedidas por D. Maria Eugénia Rebelo de Andrade, descendente de Joaquim José de Araújo e D. Henriqueta Gomes de Araújo.

Quinta do Morgado

Localizada no Alto da Paiva ligava com a quinta do Convento.

Pertenceu a Manuel Martins Morgado, que a vendeu em 1844 ao «*Ilustríssimo Comendador Joaquim José de Araújo morador na rua do Thesouro Velho*»⁹⁹ em Lisboa, certamente para ampliar os terrenos da sua quinta do Convento, adquirida no ano anterior.

Manuel Martins Morgado e sua esposa Antónia Luísa Benedicta Pereira Morgado, moradores em Lisboa, eram «*senhores e possuidores de huma Quinta denominada do Morgado*» com casas de residência, diversas oficinas, palheiro, abegoaria, «*cavalhariçe*» e adegas. Tinha terras de sementeira, pomares e vinha «*tudo místico e morado em redondo e fixado por dois portões*».¹⁰⁰

Em 1963, antes da urbanização do Alto da Paiva, ainda a quinta do Morgado possuía «sobre o arco do portão do pátio que serve a residência e numa das paredes exteriores da casa, que está mal estimada, azulejos com imagens de santos.»¹⁰¹

A quinta do Morgado partia «*com estrada publica, com vinha de viúva de José da Silva Carapao e com quem mais por direito deva e haja de partir e confrontar...*».¹⁰²

Manuel Martins Morgado recebeu a quinta por herança de seu pai, Sebastião Martins Morgado.

Quinta da Maceda

Localizava-se esta quinta em parte dos terrenos que constituem hoje o Parque da Cidade.

Em 1931 a quinta era pertença de João Ferreira Alves, morador em Setúbal que terá desanexado parte do terreno, possivelmente para venda. A quinta era descrita como «*Prédio rústico e urbano, denominado Quinta da Maceda, composto de casas de habitação, terras de sementeira, vinha, oliveiras, árvores de fruto, poço e tanque, a confrontar de norte com Largo da Maceda, ao qual se segue a azinhaga que vai para as Quintas de S. Marcos, e da Paiva, sul com Quinta da Verderena Pequena, Nascente com as Quintas de S. Marcos e Verderena Pequena*¹⁰³ e Poente com estrada publica que se acha entre o prédio supra e a Quinta dos Arcos, a qual vai desta para o Barreiro.»¹⁰⁴

Segundo Silva PAIS¹⁰⁵ a quinta da Maceda terá pertencido à família Vasconcelos e Sousa (Marqueses de Castelo Melhor). Possuía a propriedade uma grande casa de habitação «que era outrora dotada duma linda capela privativa».¹⁰⁶

Em 1924 parte da quinta foi vendida à firma Ferreira Filipe, Lda., que ali instalou uma fábrica de cortiça, que, em 1939 é adquirida pelo alemão Hermann Zum Hingste.¹⁰⁷

O alemão, como ficou conhecido, era natural de Bremen, onde já estava ligado ao negócio da cortiça. Manteve o nome da empresa barreirense e investiu fortemente nesta fábrica. Ampliou as suas instalações e dotou-as de um cais privativo para carga e descarga, tornando-se um dos principais exportadores de cortiça para o mercado alemão.

«Foi a mais bem instalada das fábricas [de cortiça] desta região, na transição dos anos 30 para 40».¹⁰⁸

99 A.M.B., Livro dos Títulos dos Aforamentos da Câmara Municipal do Barreiro (1807-1865)

100 Idem

101 PAIS, Armando da Silva – **O Barreiro Antigo e Moderno**, Câmara Municipal do Barreiro, 1963, pg. 414

102 A.M.B., Livro dos Títulos dos Aforamentos da Câmara Municipal do Barreiro (1807-1865)

103 Não é claro actualmente onde ficava o sítio da Verderena Pequena, mas a Carta Militar e Topográfica da Península de Setúbal, 1813-1816, Instituto Geográfico Português, onde aparecem os topónimos de duas quintas – Quinta Pequena e Quinta Grande do Conde de Lumiares – pode trazer alguma luz sobre o assunto. Estes topónimos ainda hoje subsistem na freguesia da Verderena, no Largo da Quinta Grande e Praceta da Quinta Pequena e podem estar relacionados com a localização dos lugares de Verderena Grande e Verderena Pequena. A Quinta Grande é referida no Livro dos Títulos dos Aforamentos da Câmara Municipal do Barreiro (1807-1865), em documento datado de 1795 como «Quinta Grande denominada da Verderena limite do Barreiro», não oferecendo portanto, muitas dúvidas quanto à sua localização, pois está representada na cartografia

104 Livro das Descrições Prediais, 1931, Conservatória do Seixal (policopiado)

105 ob. cit., pg.413

106 PAIS, ob. cit., pg.413. É provável que a capela referida fosse a velha Ermida de S. Marcos, pois era mais ou menos nesta zona que ela se localizava

107 A muralha e caldeira do alemão, junto aos moinhos de maré da Verderena que confinavam com a Quinta dos Arcos, faziam, provavelmente, parte das instalações da fábrica de cortiça

108 PAIS, Armando da Silva – **O Barreiro Contemporâneo**, Câmara Municipal do Barreiro, 1971, pg. 17



Hermann Zum Hingste faleceu em 13 de Junho de 1965 na sua quinta da Maceda.

Depois desta data, a quinta da Maceda foi adquirida pela firma Estabelecimentos I. Granadeiro, S.A.R.L. de Inocêncio Granadeiro, industrial de cortiça, natural de Grândola, que ainda no início da década de 70 mantinha em laboração uma parte da fábrica.

As instalações compunham-se de vários armazéns para escolha e embalagem de rolhas, depósito de aparas, prensa, casa do motor e oficina de serralheiro; armazéns de rés-do-chão e primeiro andar para cozimento e raspagem de cortiça, oficina de fazer rolhas, telheiro em pilares de tijolo e cal para caldeiras de cozer cortiça. «Casa de cave, rés-do-chão e primeiro andar para indústria, refeitório e arrecadação; prédio urbano de pedra e cal, coberto de telha, para habitação, que se compõe de rés-do-chão com oito divisões, tendo cinco janelas e uma porta viradas para poente. Tem a superfície de 150 metros quadrados».¹⁰⁹

Os terrenos da fábrica e quinta da Maceda foram comprados pela Câmara Municipal do Barreiro em 1985, para construção do Parque Urbano da Cidade.

O edifício Américo Marinho, antigo refeitório da fábrica de cortiça Granadeiro e a alta chaminé em tijolo existentes no Parque da Cidade, constituem raros testemunhos materiais do património industrial corticeiro barreirense.

Quinta da Paiva

A quinta da Paiva situava-se no local que hoje é designado por Alto da Paiva, e, ficava ligada às quintas de S. Marcos e do Convento.

Conjectura-se aqui se esta quinta e o Alto da Paiva serão assim designados por, em 1808, um indivíduo de nome Manuel da Paiva Simões, ter possuído várias propriedades nesta zona, entre as quais o já anteriormente citado prazo foreiro à casa do Cadaval. Será que o seu nome permite a identificação com a quinta e o Alto da Paiva? É mera hipótese.

Quinta do Bráz

Os terrenos estendiam-se desde a Rua 31 de Janeiro até à Rua Miguel Bombarda e entre a Avenida de Santa Maria e a Rua Dr. Manuel de Arriaga. Era propriedade de António Bráz, abastado comerciante e industrial, estabelecido em Lisboa.

Naqueles terrenos de encostas soalheiras tinha António Bráz a sua residência, rodeada de belo quintal. Possuía pomar, terras de cultivo e vinha.

«O chão arenoso dava um vinho magnífico e uns milharais raquíticos. Por trás de valados cobertos de chorões as fruteiras de baixo porte acenavam por ali acima, ofertas de maçãs e figos de capa rota.»¹¹⁰
Esta quinta foi urbanizada nos anos 20, dando origem à antiga Rua Bráz, actual Dr. Pacheco Nobre.

¹⁰⁹ Livro das Descrições Prediais, 1931, Conservatória do Seixal (policopiado)

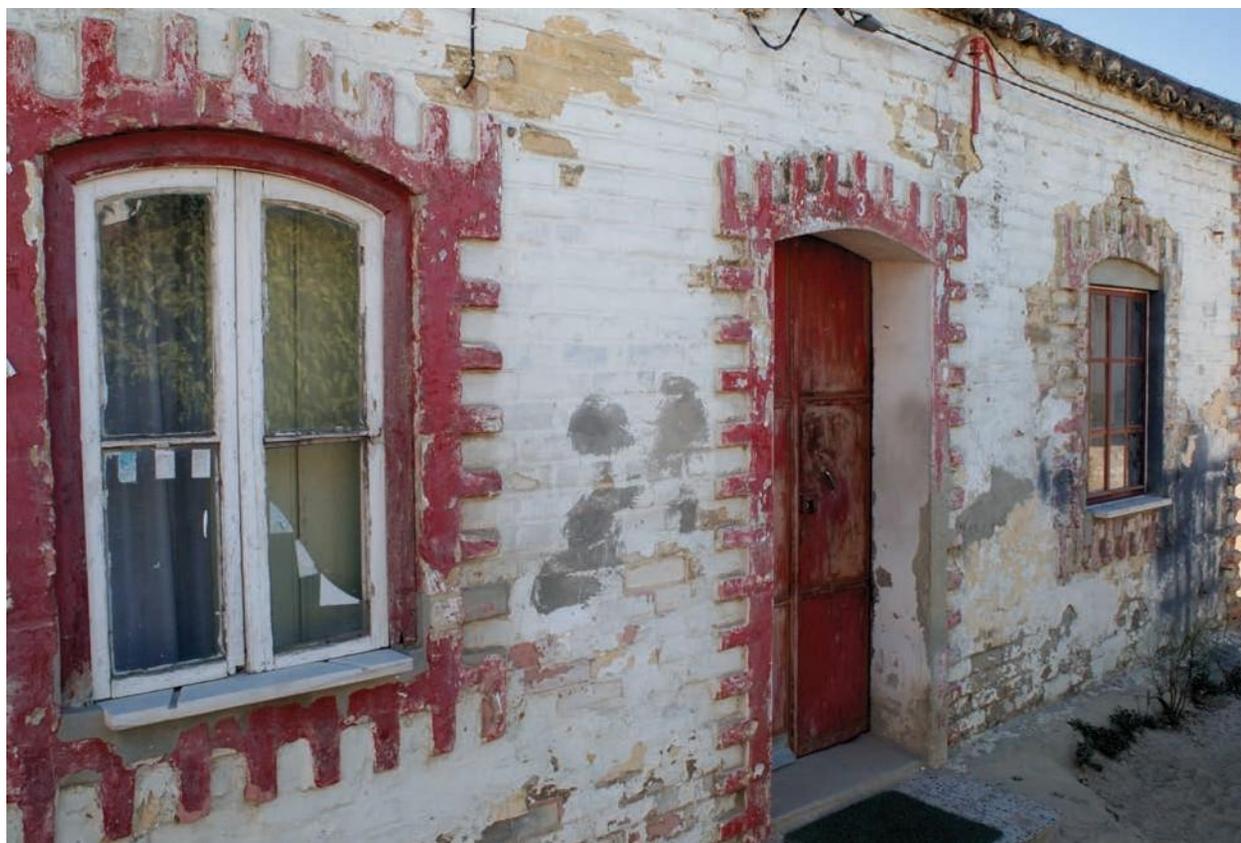
¹¹⁰ TEIXEIRA, Jorge, **O Barreiro que Eu Vi**, Prefácio, revisão e notas de Natalina Catarino, Câmara Municipal do Barreiro, 1993, pg.34



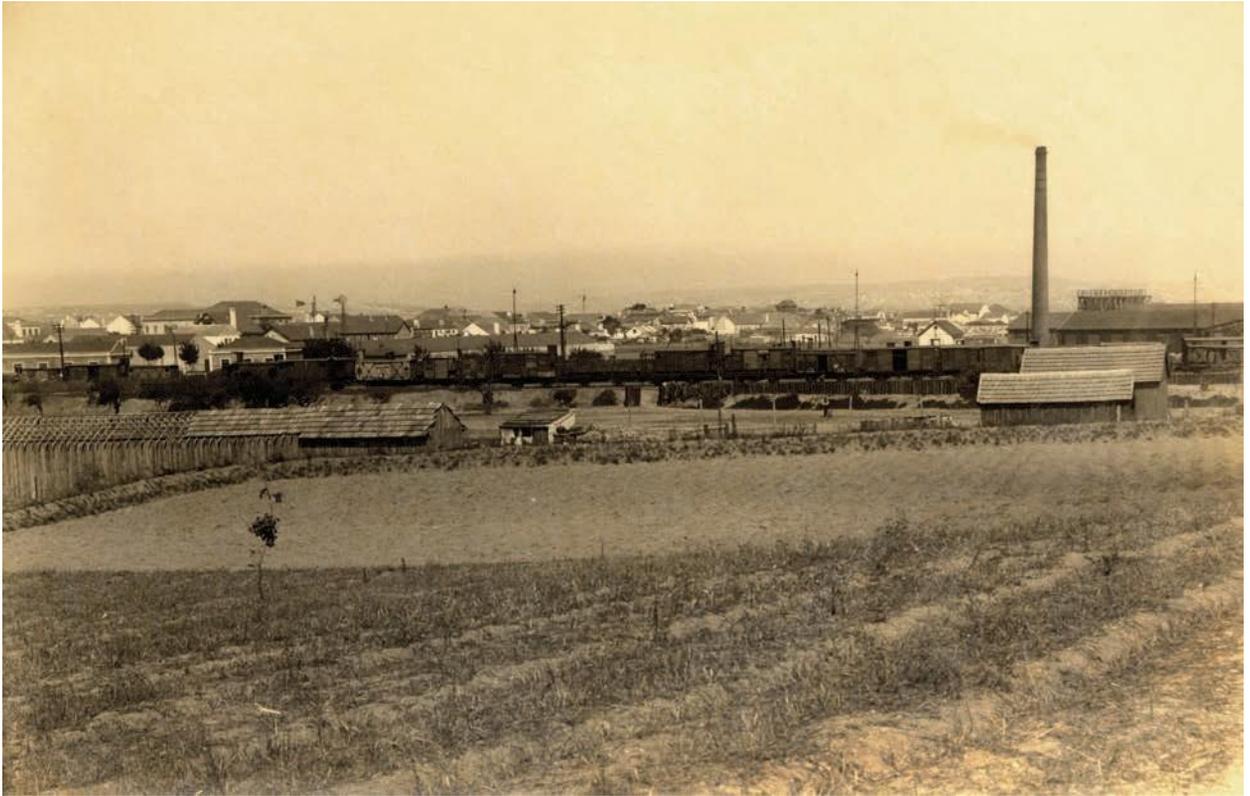


Quinta da Amoreira

Este topónimo refere-se a um bairro, constituído por casas baixinhas de um só piso, alinhadas em banda, encravado entre a Igreja de St.^a Maria e a Rua Diogo Cão. Não possuímos informação sobre esta quinta, todavia, optou-se pela sua inclusão neste trabalho, por ser um dos poucos topónimos referentes a quintas ainda em uso na freguesia.







Fotografia - Resende

Quinta do Gandum

Esta quinta era constituída por uma vasta propriedade, onde em 1923 foi aberto o antigo ramal ferroviário do Seixal, e alongava-se para lá da estação do Barreiro-A até aos campos de Santa Bárbara. O Estádio do Grupo Desportivo da C.U.F., ali construído em 1938¹¹¹, que teve a mesma denominação da ermida, foi feito já em terrenos do Gandum.

A propriedade do Gandum confinava com a quinta Pequena junto à Rua D. Nuno Álvares Pereira, antiga azinhaga do Gandum e era atravessada pela estrada de S. Francisco junto ao Campo do Luso.

Tratava-se de uma fazenda das mais mimosas que abastecia as mercearias do Barreiro com as melhores frutas da época.

«Agricultor exímio [o Gandum], tinha um orgulho imenso do esplendor das suas terras, onde os gericos cangalheiros da praça iam carregar uva bastardinha, frutas de eleição, do melhor que por ali havia em todo o vasto pomar barreirense.»¹¹²

As “novidades”¹¹³ de cada época faziam as delícias dos meninos pequeno-burgueses que, como Jorge Teixeira refere, pegavam nuns patacos e davam largas à gulodice.

«É que nenhuma das outras terras de ao pé da vila nos prodigalizavam tanta fartura de pomos, por tão reduzido preço. Ia uma pessoa por ali acima, sem medo nenhum a cães, nem guardas, uvas à direita, damascos à esquerda, com a moedita na mão e o chapéu arvorado em saco, “ó ti-Gandum, dez-reis de maçãs” e provava amoras de graça e trazia o chapéu a abarrotar. “Leva lá moço. Apanha-as tu, mas não partas ramos”.»¹¹⁴

111 cf. PAIS, Armando da Silva – **O Barreiro Antigo e Moderno**, Câmara Municipal do Barreiro, 1963, pg. 301

112 TEIXEIRA, Jorge, **O Barreiro que Eu Vi**, Prefácio, revisão e notas de Natalina Catarino, Câmara Municipal do Barreiro, 1993, pg. 33

113 As primícias ou primeiras frutas da época.

114 TEIXEIRA, ob. cit. pg. 33

III. Emergência de uma Freguesia

Operária



Primeiros “bairros operários” até à década de 30

Nos finais do século XIX era ainda o Alto do Seixalinho um espaço rural e os arrabaldes da vila do Barreiro terminavam na Quinta de S. Francisco. Nesse local tinha início a estrada pública que, partindo do Barreiro, ligava a Azeitão.

Esta estrada, em calçada de macadame, tinha início junto à extinta Ermida de S. Francisco – por isso também era conhecida como estrada de S. Francisco - galgava o caminho-de-ferro, flanqueada pela quinta e azinhaga do Gandum, à qual se seguia a quinta do Bráz. No ponto que é hoje o cruzamento da Rua Miguel Bombarda com a Rua Dr. Manuel Pacheco Nobre entroncava o caminho público para o Lavradio. A estrada seguia rente aos moinhos da Verderena – onde, um pouco antes, derivava para a Recosta – a caminho da ladeira da quinta da Lomba e Telha.

Desde a quinta de S. Francisco até ao Alto do Seixalinho, começou ainda em meados século XIX o loteamento e parcelamento de antigas quintas e terras de cultivo, quando a Companhia Nacional de Caminhos de Ferro do Sul do Tejo, começou a adquirir inúmeras parcelas de terreno, para implantação do troço ferroviário Barreiro-Vendas Novas.¹¹⁵

A estrutura sócio-económica do Barreiro quinhentista que, durante séculos, se mantivera estável, conhece desenvolvimentos irreversíveis em meados de novecentos, com a entrada em funcionamento do primeiro núcleo de transportes ferroviários ao sul do Tejo em 1861, prenúncio do grande surto industrial que haveria de marcar o século XX.

Um dos primeiros bairros operários do Barreiro, directamente relacionados com a Revolução Industrial operada a partir da instalação do caminho-de-ferro e da locomoção a vapor surge, precisamente, junto à primitiva estação ferroviária do Barreiro, actual edifício das oficinas gerais da EMEF. Trata-se do bairro construído por José Ferreira, do qual deriva o Alto com o mesmo nome, junto ao Palácio do Coimbra, residência do administrador da companhia. Neste local, já no século XX viria a surgir o bairro ferroviário. Com o caminho-de-ferro o Barreiro tornou-se o eixo central das comunicações ferroviárias entre o Norte e o Sul do País, função que só muito recentemente veio a perder, com a deslocação das principais ligações, em 2004 para o Pinhal Novo e Coina, através da Ponte 25 de Abril.

A abertura do caminho-de-ferro, e, poucos anos após, o aparecimento de rudimentares «fabricos» de cortiça¹¹⁶, veio acelerar o processo de destruição das formas de vida tradicional, sobretudo agrícola e piscatória, dando lugar ao aparecimento, simultâneo, dos primeiros «bairros operários».

Eram conjuntos habitacionais, construídos nos subúrbios da vila, especialmente para arrendar aos ferroviários e corticeiros e mais tarde para acolher as famílias de operários da C.U.F. que desde 1908, laborava no Barreiro.¹¹⁷

115 Por volta de 1855 a Companhia Nacional de Caminhos-de-ferro do Sul do Tejo, pela mão do seu almoxarife e procurador João de Melo e Freitas, começou a adquirir terrenos para implantação do caminho-de-ferro. A partir dessa época regista-se a realização de inúmeras escrituras de compra de parcelas de terreno em fazendas, pomares e courelas de vinha, desde a Recosta à guarda das Searas (quinta da Palmeira), acompanhando todo o traçado ferroviário. A.D.S.

116 Um dos primeiros foi em 1875 pertença de Henrique José Lobo, originário de Sines. Situava-se na Rua Miguel Pais, antiga Estrada Nova do Rosário, junto ao Largo do Moinho Pequeno.

117 São já raros os testemunhos arquitectónicos desse património operário, mas constituem exemplos no Barreiro o núcleo no Alto do José Ferreira, as “Correntezas” e “Vilas Operárias” no Largo Alexandre Herculano, Rua Marquês de Pombal, entre outros.

«Terrenos e quintas, valorizados por uma nova procura e pela especulação, passam a destinar-se à construção de fábricas e bairros de habitação.»¹¹⁸

Os problemas relacionados com a habitação, e sobretudo a sua carência, surgem associados aos «processos de industrialização, em finais do século XVIII e princípios de XIX, nos países em que a Revolução Industrial ocorreu» arrastando consigo a expansão do capitalismo industrial e financeiro, o processo de urbanização e alteração das estruturas agrárias, o afluxo populacional às cidades, a difusão do trabalho assalariado¹¹⁹ e inevitavelmente, o agravamento de situações de tensão social.

Acompanhando um desenvolvimento industrial tardio, o processo de urbanismo em Portugal ocorreu já em pleno século XX.

O loteamento da quinta de S. Francisco, com a construção em 1906 dos novos Paços do Concelho, constituiu o impulso decisivo para a expansão urbana do Barreiro, traçando os novos caminhos que a futura vila industrial e operária viria a tomar.

Na periferia, regista-se a partir de 1910, o aparecimento de vários bairros clandestinos, frequentemente perto das fábricas, ou de permeio com vinhas e courelas de terra de sementeira, um pouco dispersos por todo o lado.¹²⁰

Estes “novos bairros habitacionais” eram constituídos por casas abarracadas, habitados por famílias numerosas, em condições muito precárias.

Assim surgiu o Bairro das Palmeiras, ou “bairro da folha”, na antiga quinta da Palmeira, espartilhado entre as fábricas e o caminho de ferro, com os seus numerosos “Pátios particulares”, cujo *modelo* se foi repetindo e alargando ao Alto do Seixalinho e Alto dos Silveiros.

Na maioria dos casos os proprietários de terrenos construíam pequenas «casinhas de tijolo e madeira, abarracadas, à rectaguarda das suas habitações (ou para lá dos seus muros de vedação), constituindo minúsculos pátios com serventia para a rua.»¹²¹

À beira da estrada de S. Francisco, vão surgindo, igualmente, pequenos conjuntos de casas, de características muito simples, como o Bairro do Teodósio junto à Rua Bráz¹²², com uma dúzia de pequenas moradias de paredes de adobes, nas quais os inquilinos pagavam entre cinco e dez tostões mensais de renda, ou o Bairro Bráz ou “Vila Bráz”, construído por António Bráz, nos terrenos da sua quinta, provavelmente no início dos anos 20.

Tratavam-se de modestas correntezas de casas, alinhadas em fila, que, de um e do outro lado foram dando corpo à Rua Bráz.

Este bairro viria a desenvolver-se em anfiteatro, vencendo o declive que conduzia ao Alto do Seixalinho e Alto dos Silveiros, tornando-se o eixo estruturante a partir do qual, se processou toda a expansão urbana nesta zona.

Entre a estação do Barreiro-A, concluída em 1935, e a Rua Bráz, foram-se desenvolvendo o “Bairro Miranda” e a “Vila Manso”. Mediando entre ambos, a cordoaria do Nicola.¹²³

118 ALMEIDA, Ana Nunes de – **A Fábrica e a Família**, ed. Câmara Municipal do Barreiro, 1993, pg.24

119 JANARRA, Pedro – **A Política Urbanística e de Habitação Social no Estado Novo**. Tese de Mestrado em Sociologia (texto policopiado), Lisboa, 1994, pg. 19

120 PAIS, Armando da Silva – **O Barreiro Contemporâneo**, Câmara Municipal do Barreiro, 1971, pg.306

121 PAIS, Armando da Silva - Ob.Cit.

122 TEIXEIRA, Jorge, **O Barreiro que Eu Vi**, Prefácio, revisão e notas de Natalina Catarino, Câmara Municipal do Barreiro, 1993, pg.32

123 Tratava-se de uma empresa familiar, criada no Barreiro em meados do século XIX, por Nicola Covacich. Este adquiriu em 1845 uns terrenos, casas e bancelos na Lezíria e vendeu-os à C.U.F. em 1907, para instalação das primeiras fábricas no Barreiro, transferindo nessa época a cordoaria para perto da Estação do Barreiro-A. Cf. PAIS, Armando da Silva – **O Barreiro Antigo e Moderno**, Câmara Municipal do Barreiro, 1963, pg. 182

A Cordoaria Nicola S.A.R.L., que chegou a empregar 270 operários, era à data da sua falência, em 1971, uma Fábrica Mecânica de Cordoaria, cabos de sisal, manila, cairo, linho, algodão, e nylon e fios para navegação (redes e fios de pesca). Estava à frente do negócio Guilherme Mourato Nicola Covacich





REN
SEPT
UKA

ONE
98



O “Bairro Miranda”, construído por António Miranda, empreiteiro de obras públicas de Lisboa, é por certo dos poucos conjuntos habitacionais que ainda resiste ao tempo sem ter sofrido grandes alterações, desde a sua construção. Devido à sua proximidade com o caminho-de-ferro, era habitado por muitos ferroviários. A “Vila Manso”, assim designada por pertencer a José Pereira Manso, era um arruamento de casas de dois pisos, todas iguais. Dela subsistem alguns edifícios no final da Rua Dr. Manuel de Arriaga e o Lavadouro público, com 58 tanques individuais, enxugadouro de Verão e outro de Inverno, inaugurado com grande aparato oficial em 1933, que contou com a presença de Carmona e Salazar.¹²⁴

A «Vila Manso» era uma rua «quase típica, semi-intelectualizada, de escriturários da União¹²⁵ que cantavam trechos de ópera, ferroviários, músicos e literatos».¹²⁶

O retrato que Jorge Teixeira nos transmite deste bairro, na sua peculiar descrição do Barreiro dos anos 20, ilustra apenas uma parte da realidade. Outros testemunhos deixam transparecer todavia, uma outra face destas “Vilas”, bem diferente, que é a da condição operária, «com salários baixos e grandes encargos de família»¹²⁷, morando em bairros de condições de habitabilidade péssimas.

124 PAIS, Armando da Silva - **O Barreiro Contemporâneo**, Câmara Municipal do Barreiro, 1971, pg.88

125 Refere-se à C.U.F.

126 TEIXEIRA, ob. cit., pg.34

127 Trata-se de um testemunho obviamente insuspeito na avaliação que faz do problema. Vd. A.M.B., Proposta de Deliberação da Câmara Municipal do Barreiro, sob a presidência de Joaquim José Fernandes, em 1 de Julho de 1940, acerca da habitação no concelho.





As chamadas “Vilas operárias” surgem nos finais do século XIX, construídas por negociantes e industriais, para albergar as famílias operárias.

Em Lisboa surge em 1895 a “Vila St^o António”, cujo proprietário era o Conde de Burnay, a qual não passava de «uma verdadeira caserna operária com quartos e dormitórios» e a “Vila de St^a Marta”, construída em 1900, igualmente em Lisboa, era «formada por duas alas com rés-do-chão e primeiro andar, com quartos para alugar, individuais ou colectivos, ao preço médio de 1\$000 réis por mês por cada um. Em cada divisão não podem dormir mais de 2 adultos e uma criança».¹²⁸

Em Lisboa, são muitos os exemplos mas, talvez o mais conhecido, ainda seja, o da “Vila Grandela”, construída pelo proprietário daqueles armazéns.

128 GROS, Marielle Christine – **O Alojamento Social sob o Fascismo**, ed. Afrontamento, Porto, 1982, pg. 98







C.M.E.
LAYDO JUDO
MUNICIPAL
1933



Fotografia de J. M. Quintela Paixão - cedida pela Câmara Municipal do Barreiro





No Barreiro, o Bairro da C.U.F. constituiu o primeiro bairro de empresa, projectado de raiz, destinado a acomodar famílias operárias. Foi edificado pela Companhia União Fabril em 1909 nos seus terrenos, nas imediações da fábrica.

«Nele se contam 92 casas individuais para os operários e 4 para os quadros e empregados, de tamanho e qualidade nitidamente superiores».¹²⁹

Deste primitivo bairro, que confinava com a linha-férrea e o futuro Bairro das Palmeiras, já quase nada existe, após as demolições efectuadas nos anos 80 pela Quimigal e Quimiparque.

O Bairro Operário

«O aspecto das casas é de uma sobriedade quasi espartana, da maior singeleza, como convém, sendo apenas a uniformidade cortada pelo chalet do director, simples e elegante e, no extremo oposto, pelas habitações dos empregados superiores...»¹³⁰

O Bairro Operário da C.U.F. representou uma excepção e um modelo, no panorama vigente das construções para famílias operárias no Barreiro, pelas condições de habitação que oferecia aos seus ocupantes, o que constituía uma novidade, reconhecida até pelos contemporâneos, por se tratar de uma situação pouco comum.

Por outro lado, o novo bairro parece ter influído ao nível local nos preços do mercado arrendatário, a fazer fé na imprensa da época, ao contribuir para uma redução dos preços do aluguer de casas.

«Nenhuma outra empresa ou sociedade aqui se ocupou do grave problema de habitações baratas e confortáveis para o proletariado. Dos operários, raríssimos são aqueles que habitam em casas de que sejam donos.

Os alugues não são baratos, e só depois que a União Fabril construiu o referido bairro, as casas pequenas tendem a descer de preço.»¹³¹

O bairro da C.U.F. era composto por blocos de moradias, separadas por ruas de 14 metros de largura e 280 metros de comprimento, macadamizadas, e com passeios de calçada à portuguesa. Possuía rede de esgotos, abastecimento de água potável através de fontanários e iluminação pública.

¹²⁹ GROS, idem

¹³⁰ «Contribuição para Estudo das Casas para Operários» Boletim do Trabalho Industrial, nº66, Ministério do Fomento, Lisboa, 1966, pg. 35

¹³¹ Jornal «Avante» nº25, 10 de Novembro, 1910, dir. Ladislau Batalha



A ideia de bairros operários “modelo” data de 1899, quando Lisboa foi devastada pela peste bubónica e se tomou consciência, do perigo para a saúde pública que, constituíam aqueles aglomerados populacionais sem quaisquer condições higiénicas.

Estes bairros “modelo” deveriam oferecer as condições mínimas de espaço habitável e saneamento básico, mas os exemplos conhecidos da época revelam que não possuíam os princípios mais elementares. Tratavam-se de construções destinadas a alugar, pelas quais o senhorio recebia uma renda, o que, à partida desmonta qualquer ideia de filantropia por parte dos proprietários que, investiam nas habitações para «as classes menos favorecidas».¹³²

Estas destinavam-se, por outro lado, a ser arrendadas aos operários mais assíduos e cumpridores. Antes de tudo tratava-se de um prémio aos seus méritos profissionais e não um auxílio às suas condições de vida.

A “obra social” não era, portanto gratuita e o caso do Bairro Operário da C.U.F. insere-se dentro desta lógica, em que o proprietário/patrão, além de receber uma remuneração pela renda, consegue aumentar ainda mais a dependência do operário, em relação à mobilidade do emprego.

As rendas no bairro da C.U.F. oscilavam, em 1912, entre 2\$000 réis para 3 divisões sem quintal; 2\$500 réis para as casas de 3 divisões com quintal e 4 sem quintal; 4 divisões com quintal tinham uma renda mensal de 3\$000 réis; 5 divisões com saguão custavam 4\$000 e 6 custavam 4\$500 réis.¹³³

Em 1910, o Jornal «Avante!» dirigido por Ladislau Batalha¹³⁴, enunciava os principais problemas e dificuldades a que os operários no Barreiro tinham de fazer face no dia-a-dia, num artigo intitulado «Condições da vida operária».¹³⁵

A questão habitacional era referida como um dos problemas principais dos operários, pois para além dos elevados custos das rendas, em geral, as habitações não ofereciam conforto nem acomodações suficientes.¹³⁶

A estas dificuldades somavam-se outras, relacionadas com os elevados preços dos géneros alimentares.

«A vida torna-se dispendiosa e até difícil, pela carestia dos géneros alimentícios.

Os artigos de mercearia, tendo de ser importados de Lisboa ou d’outros centros, acham-se sobrecarregados com fretes, transportes e despachos que os tornam mais caros que na capital, ou então para manter o preço, são inferiores na qualidade.»

O produto mais barato era o vinho, cujo consumo excessivo constituía uma «verdadeira calamidade», pelos problemas económicos e sociais que originava.

132 GROS, ob. cit., pg.99

133 «Contribuição para Estudo das Casas para Operários» Boletim do Trabalho Industrial, nº66, Ministério do Fomento, Lisboa, 1866, pg. 36

134 O jornal «Avante!» foi fundado pelo 3º Centro Socialista do Barreiro em 1909 e dirigido por Ladislau Batalha. Proclamava-se «Defensor das Classes Trabalhadoras e dos interesses locais». Foi publicado entre 1909 e 1910, tendo saído 25 números. Cf. «O Avante! (1909-10) – Exemplo dum Jornal Socialista Local», in *Um Olhar Sobre O Barreiro*, ed. Augusto Valegas, nº 1, III Série, 1992, pg.27

135 Jornal «Avante» nº25, 10 de Novembro, 1910, dir. Ladislau Batalha

136 Idem, Ibidem



Até 1928 a Companhia União Fabril foi aumentando o bairro e construiu as “Correntezas Operárias” das ruas do Ácido Sulfúrico, dos Superfosfatos, Rua dos Óleos, Rua do Dinheiro, Rua Stinville. Nos anos 50 foi edificado um outro bairro da C.U.F. no Alto do Seixalinho, constituído por 4 blocos¹³⁷ que, ficaria conhecido por Bairro Novo da C.U.F.



¹³⁷ Em 1932 quando ampliou para Norte a área construída, com mais blocos para operários e moradias para o pessoal superior, a C.U.F., adquiriu os terrenos do Alto de Santa Bárbara, incluindo a ermida quinhentista que nesse próprio ano foi demolida. Quando foram concluídas as obras estavam construídas 312 moradias, naquele que viria a ser conhecido como o Bairro de Santa Bárbara, que, é o mesmo que ainda existe actualmente no interior do espaço fabril.
PAIS, Armando da Silva – **O Barreiro Antigo e Moderno**, Câmara Municipal do Barreiro, 1963, pg. 301









Outros conjuntos habitacionais surgiram no Barreiro, no âmbito da construção de bairros de empresa, levados a cabo por entidades privadas para o seu pessoal, um dos quais foi o Bairro Ferroviário junto ao Palácio do Coimbra, construído pela C.P. e cuja conclusão das primeiras casas data de 1935.

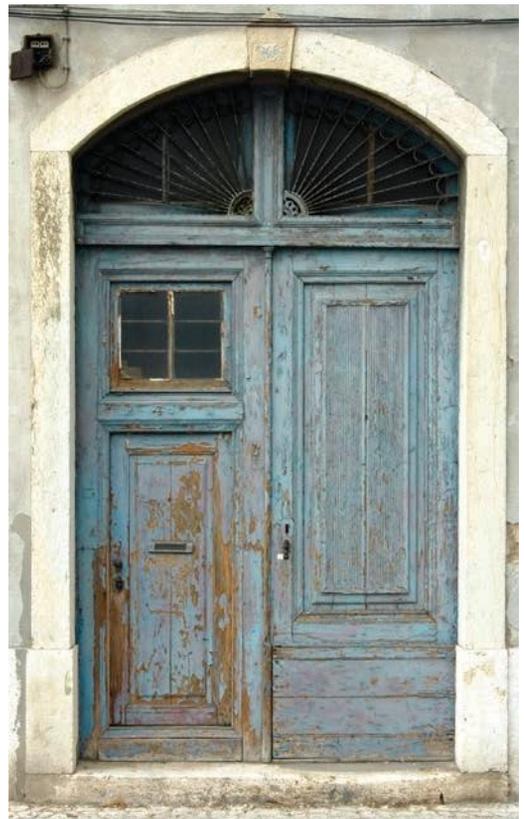
Tal como o da C.U.F., é de notar que, sob o ponto de vista da diferenciação social e profissional, este bairro foi especialmente projectado para reproduzir os modelos e grupos profissionais dentro da empresa. Nessa medida, o bairro destinava-se ao “Pessoal Graduado” e ao “Pessoal Braçal” marcando uma distinção que era sensível e visível, desde logo, na aparência exterior.

«As habitações reflectem o estatuto sócio-profissional dos seus moradores. A casa para o “Pessoal Graduado” possui a porta principal para o Largo, enquanto a casa do “Pessoal Braçal” possui a porta de entrada nas traseiras do Largo [do Coimbra].»¹³⁸

Nos anos subsequentes, a C.P. viria a construir ainda outros alojamentos para o seu pessoal. No seguimento do bairro do Palácio do Coimbra edificou mais 3 moradias de um só pavimento em 1958, no ano seguinte um bloco com 16 fogos e em 1964 foram erigidas as moradias junto ao antigo ramal ferroviário do Seixal, desactivado em 1969, após o derrube da ponte.

¹³⁸ CARMONA, Rosalina e BORRACHA, Alexandra - **Inventário do Património Imóvel do Concelho do Barreiro**, ed. Câmara Municipal do Barreiro, 1999, pg. 49













No final dos anos 30, a falta de habitação e a proliferação desenfreada de bairros de barracas, tornara-se um problema social sério, para o qual a autarquia não tinha solução.

A partir de 1938 em diante, a Câmara vai tomando algumas medidas, no sentido de proibir a construção de novos bairros de barracas e outras habitações rudimentares¹³⁹, tendo publicado o Código de Posturas relativas à construção habitacional. Ali se estabeleciam algumas normas nomeadamente, quanto ao número de divisões, cubicagem mínima e obrigação de construção de instalações sanitárias.

Para a edilidade, sob a presidência de Joaquim José Fernandes, a carência de habitação no concelho constituía «um problema instante e de grande importância, tanto sob o ponto de vista material como sob o aspecto moral e social, [que] é da habitação de certas famílias menos abastadas, especialmente as de operários com salários baixos e com grandes encargos de família.

Os pateos de barracas sem as menores condições de higiene e conforto, as casas sem cubicagem e outras semelhantes, mas cujas rendas são desproporcionadas com o valor da construção, conduziram à criação de um estado de coisas que carece de remédio urgente.»¹⁴⁰

As disposições do Código de Posturas com exigências mínimas, e a proibição de construção de novas barracas não resolveu porém o problema e apenas o transferiu para fora do Barreiro, ao provocar «a fuga para o bairro da Baixa da Banheira, (vulgo Changai)» no vizinho concelho da Moita, onde aquele flagelo social alastrava.

Em 1940 a Câmara encarava como solução autorizar e facilitar a construção de habitações de custos reduzidos, mas obedecendo a condições de higiene e conforto proporcionais às posses dos seus habitantes, sem contudo perder de vista as exigências estabelecidas pelo Código de Posturas.¹⁴¹

As novas construções deveriam localizar-se entre «o actual bairro do Alto do Seixalinho e o lugar da Paiva, ou noutro local que o estudo do problema indique como vantajoso».¹⁴²

É a partir desta época que começam a ser efectuados os primeiros estudos para o Plano de Urbanização do Barreiro que projectam a expansão da vila para o Alto do Seixalinho.

Alguns esboços de projecto prevêem até a criação de uma nova cidade, totalmente construída de raiz, como era o caso da proposta do arquitecto Cristino da Silva.

139 PAIS, Armando da Silva – **O Barreiro Contemporâneo**, Câmara Municipal do Barreiro, 1971, pg.306

140 A.M.B., Proposta de Deliberação da Câmara Municipal do Barreiro, sob a presidência de Joaquim José Fernandes, em 1 de Julho de 1940

141 Idem

142 A.M.B., Proposta de Deliberação da Câmara Municipal do Barreiro, 1 de Julho de 1940









25

27

Os Anos 30

No decurso da década de 30, Portugal era, ainda, um país profundamente rural. A indústria só a partir dessa época começa a desenvolver-se e os impactes da II Guerra Mundial – apesar da tão proclamada neutralidade de Salazar – eram drasticamente agravados pelas «vulnerabilidades estruturais» da economia, como a dependência externa em combustíveis, matérias-primas industriais, bens alimentares e outros produtos essenciais.¹⁴³

A C.U.F. começa nessa época, a experimentar um certo incremento industrial, verificado com a expansão das fábricas, que atraiu ao Barreiro importantes movimentos migratórios.

A construção do novo cais de embarque, a transferência da Fábrica de Tapetes do Rato para o Barreiro, a instalação das fábricas de óleo e farinha de mendobi para a indústria conserveira de Setúbal, a remodelação das antigas fábricas de superfosfatos e saboarias e, até ao final da década, a expansão do sector metalúrgico e produção de ácidos, vieram a transformar a C.U.F. no maior consórcio da economia nacional e o Barreiro no maior centro industrial e operário do país.¹⁴⁴

Também no sector ferroviário opera-se em 1935 a expansão das oficinas gerais, destinadas à construção e reparação de material circulante, pintura, estofos, serração e soldadura. Entra em funcionamento a Estação Barreiro-A com via dupla, a Fundação de Ferro, Bronze e Alumínio na “Escavadeira” e é inaugurado o primeiro conjunto de habitações para o pessoal dos caminhos-de-ferro.

«Nas oficinas do Barreiro – um dos maiores complexos industriais do País do ramo metalo-mecânico, com um efectivo de 1200 operários distribuídos por 46 500 metros quadrados -, serralheiros, carpinteiros, pintores, torneiros, fresadores, soldadores, etc. todos dão diariamente o melhor do seu esforço para a política de reestruturação dos caminhos de ferro portugueses.»¹⁴⁵

A expansão industrial no Barreiro nessa época constituía um poderoso elemento de atracção, sobretudo para as populações dos meios rurais que, com o deflagrar do conflito mundial, viram as suas já precárias condições de vida agravadas.

A fome e a pobreza generalizada nos campos, sob o efeito das medidas de racionamento, provocaram a fuga da população rural, em direcção aos centros urbanos. Para inúmeras famílias oriundas do Sul e da Beira Interior, o Barreiro era uma terra de promessas.

Contudo, uma vez aqui chegados, muitas expectativas goravam-se e o que esperava muitos operários e as suas famílias era uma existência miserável, com deficientes condições de vida, em bairros de barracas sujos e sufocantes, alojamentos precários e sobrelotados onde a vida «decorria entre imoralidade e imundície».¹⁴⁶

A situação agravava-se com as doenças, sobretudo a tuberculose e a carência de recursos económicos com a ausência de sistemas de protecção social colocavam estas pessoas em estados de indigência e miséria absoluta.

Esta situação é particularmente visível e merece especial menção, no relatório apresentado pela Comissão Administrativa da Câmara do Barreiro, entre 1930 e 1934, quando se refere à hospitalização de doentes, como um dos encargos sempre crescentes a que o município tinha de fazer face.

«O problema da hospitalização de doentes é o que mais afecta o erário municipal, agravado sobretudo pela circunstância da Vila sede do Concelho ter uma população de 17:000 habitantes, na sua grande maioria constituída pelas classes trabalhadoras, sempre crescente, por se encontrar a uma pequena distância de Lisboa e ser, portanto, um centro de atracção na conquista do trabalho e por ser testa do caminho de ferro.»¹⁴⁷

Em virtude de um Decreto-Lei de 13 de Dezembro de 1933, a Câmara era obrigada a pagar aos hospitais civis de Lisboa o internamento dos doentes pobres e *indigentes, e os indivíduos que vivam exclusivamente do seu trabalho, se dele auferirem apenas o indispensável para a sua manutenção e bem assim as pessoas a seu cargo, se nem uns nem outros tiverem conjugue; ascendente ou descendente com bens suficientes para fazer face às despesas do tratamento.*

143 ROSAS, Fernando, «O Estado Novo (1926-1974)», **História de Portugal**, dir. José Mattoso, VII vol., ed. Círculo de Leitores, 1994, pg. 323

144 CRUZ, Maria Alfreida – **A Margem Sul do Estuário do Tejo. Factores e Formas de Organização do Espaço**, s.l. 1973, pg.127

145 PAIS, Armando da Silva – **O Barreiro Contemporâneo**, III vol., Câmara Municipal do Barreiro, 1971, pg.94

146 PAIS, Armando da Silva – **O Barreiro Antigo e Moderno**, Câmara Municipal do Barreiro, 1963, pg. 307

147 **Relatório da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Barreiro – 1 de Maio de 1930/31 de Dezembro de 1934**, Tip. Comercial, Barreiro, pg. 55





Bento da Silva Fernandes, então Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Barreiro, considerava no citado relatório que a maioria da população do Barreiro, pela sua natural condição, enquadrava-se na referida definição jurídica, ou seja, era uma população muito pobre, sem recursos, vivendo apenas de magros salários, sem protecção social. Nestas circunstâncias, a Câmara não arranjava forma de se “livrar” desta responsabilidades e eximir-se a estes pagamentos.

«Uma insignificante percentagem da população é que não estará em condições de poder aproveitar do benefício concedido pelo decreto em referência e, assim, a Camara não poderá negar a guia de responsabilidade de pagamento à grande maioria dos seus munícipes.»¹⁴⁸

Por outro lado a inexistência de sistemas de protecção e segurança social abria espaço às instituições de carácter assistencial e de beneficência, que a partir de 1945, encontram expressão na legislação, através das Comissões Municipais de Assistência. Estas funcionavam, como no caso do Barreiro, em conjunto com as Misericórdias e administravam estabelecimentos de acolhimento e abrigo para pobres e indigentes, do género dos «Albergues» e «Sopa dos Pobres».

Estas Comissões exerciam as suas actividades em estreita colaboração com a igreja católica praticando a «obra de caridade, norteadas por um alto pensamento cristão»¹⁴⁹, princípio basilar do Estado Novo. Eram dirigidas por figuras locais do regime, como sucedia, por exemplo em 1955, com Victor Rodrigues Adragão, ligado aos destinos do Município por várias décadas, até à sua deposição com o 25 de Abril de 1974.

O agravamento das condições de vida nos meios operários, os altos preços dos géneros alimentares, e a insuficiência dos salários, conduziam a situações chocantes de miséria e mendicidade, acrescidas pela tendência do aumento populacional que já era evidente nas décadas anteriores, e tem o seu ponto alto nos anos 40, em resultado do abandono dos campos e da grande afluência de população camponesa aos centros urbanos.

148 Idem, pg. 56

149 PAIS, Armando da Silva - O Barreiro Contemporâneo, I vol., Câmara Municipal do Barreiro, 1971, pg.244 e ss



«O afluxo populacional às cidades portuguesas tem o seu momento de maior impacto na década de quarenta, em particular a Lisboa e aos concelhos limitrofes.»¹⁵⁰

Este facto continuará a acentuar-se nas décadas seguintes e à volta de Lisboa, o crescimento urbanístico não conseguirá absorver o êxodo das populações rurais, dando origem ao crescimento de cidades de subúrbio.¹⁵¹ Armando da Silva Pais¹⁵² observava que o número crescente de pobres, indigentes, desempregados e velhos à espera de ser recolhidos em asilos, era um problema social grave no Barreiro.

De há muito «com maior ou menor intensidade, mas de carácter constante, um fluxo migratório dos retirantes de outras regiões do País (especialmente agrícolas), com poucos recursos para sobreviverem com dignidade nas suas terras, e que passam a recorrer aqui à Assistência, pela carência de meios de subsistência e na doença, quando não encontram logo a almejada ocupação.»¹⁵³

Em 1941 a C.U.F. criou a Caixa de Previdência do seu pessoal e empresas associadas, com fins assistenciais, que proporcionava aos seus empregados várias regalias de carácter social, em que se destacava a assistência médica como uma das mais significativas. Esta Caixa passou a abranger, a partir de então, uma parte muito significativa da população do Barreiro que, entre o pessoal da C.U.F. e as suas famílias, totalizava cerca de 15 000 pessoas.

Os caminhos-de-ferro já possuíam uma Caixa de Previdência desde 1927.

Este quadro social não ficaria completo sem uma referência, mesmo que breve, a um fenómeno social que, caracterizou o concelho do Barreiro, a partir do final dos anos 20 e em particular o Alto do Seixalinho.

Trata-se do aparecimento de um pujante movimento associativo, que se manifestou das mais diversas formas e que no seu conjunto constitui uma manifestação do espírito solidário e de entajuda, que permitia enfrentar as situações adversas que caracterizavam o dia-a-dia, nos meios operários.

É assim que, acompanhando o crescimento demográfico verificado, vão surgindo entre o final dos anos 30 e a década de 60 – uma das épocas mais brilhantes da história do movimento associativo –, inúmeras colectividades de cultura, desporto e recreio, no concelho do Barreiro. Em particular no Alto do Seixalinho, foram fundadas – entre outras - as colectividades “os Leças” (1926), o 31 de Janeiro “Os Celtas” (1932), o “Sempre Fixe” e o “Paivense” (1937), e o “Silveirense” em 1956.

«O intenso movimento associativo no Barreiro não se pode dissociar da conjuntura política e social que se instalou no início do século XX. Este movimento cresceu, com as vagas de famílias vindas de vários pontos do país.»¹⁵⁴

150 JANARRA, ob. cit., pg. 33

151 Idem

152 PAIS, Armando da Silva - **O Barreiro Contemporâneo**, I vol., Câmara Municipal do Barreiro, 1971, pg. 246

153 Idem, Ibidem

154 Cf. CARLÓ, Carlos Alberto – **Monografia do Movimento Associativo da Freguesia do Alto do Seixalinho**, ed. Junta de freguesia do Alto do Seixalinho, 2003, pg. 31

A questão habitacional: veículo ideológico do regime

Nos anos que se seguiram à instauração do regime ditatorial ocorrido com o golpe de 28 de Maio de 1926, surge na Constituição de 1933, instrumento da política social, económica e cultural do Estado Novo, um conjunto de normas legislativas sobre a questão urbanística e habitacional, enquadradas na ideologia do regime.

A legislação relacionada com a habitação vem na sequência da constituição do aparelho autoritário do Estado, iniciado com a criação da Polícia Política, dos Sindicatos Nacionais, do Estatuto do Trabalho Nacional, da Legião e Mocidade Portuguesas.¹⁵⁵

Neste contexto, o Estado assume-se como o grande promotor e construtor de habitação, para as classes trabalhadoras e os mais desfavorecidos socialmente, com vastos programas de urbanização e construção de bairros sociais.

Surge nesta época a noção da *Casa Económica*, destinada «a classes sociais desfavorecidas economicamente, construídas com materiais baratos e respondendo a requisitos mínimos sanitários e de salubridade».¹⁵⁶

O bairro de casas económicas tornou-se um conceito caro a Salazar, a quem as «humildes» construções despertavam os seguintes comentários: «Para o nosso feito independente e em benefício da nossa simplicidade morigerada, nós desejamos antes a casa pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família»¹⁵⁷.

A expressão “casa para pobres” começa a ser corrente na documentação desta época e Salazar nos seus característicos discursos do elogio da pobreza e miséria, refere-se a estas casas, construídas com materiais paupérrimos, desprovidas em termos decorativos, como a «casa dos mais pobres, ...lar modesto, recolhido, português».¹⁵⁸

Poetas e escritores, como António Correia de Oliveira, glorificavam o pensamento de Salazar, e a «singeleza pobreza e humildade» instituíam-se como valores do regime.



«Pequena a casa...que importa
Riquezas que n'outras há?
Há nela Paz e Amor
E a graça que Deus nos dá»

«A minha casa caiada,
Entre as sombras do arvoredado,
Aos ricos não dá nas vistas;
Aos pobres não lhes mete medo»¹⁵⁹



Desenvolve-se um discurso ideológico direccionado para as classes laboriosas, enaltecendo a modéstia e «a enternecedora humildade das casas dos trabalhadores». Insinua-se o espírito de resignação e conformismo, face à penúria, que deve ser encarada com uma fatalidade.

«As casas económicas constroem-se assim numa atmosfera de mediocridade beata e de aceitação feliz da sua própria pequenez, apresentadas como características da tranquila felicidade do povo português.»¹⁶⁰

155 JANARRA, Pedro – **A Política Urbanística e de Habitação Social no Estado Novo**. Tese de Mestrado em Sociologia (texto policopiado), Lisboa, Biblioteca Nacional (BNL), 1994, pg. 28

156 JANARRA, Pedro - Ob.Cit. pg. 28

157 COSTA, Jorge da - «Bairros do Estado Novo 1933-1958i» in **Porto 1901-2001**, ed. Regional da Ordem dos Arquitectos, Porto, Liv. Civilização, 2001, pg.14

158 FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Maria de Lurdes – **Luís Cristino da Silva Arquitecto**, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, pg. 101

159 Estes versos, da autoria de António Correia de Oliveira, constavam de azulejos apostos em fachadas de bairros sociais no Porto. vd. BNL, «Bairros de Casas Económicas 1930-1940» ed. Secção Casas Económicas, Porto

160 GROS, Marielle Christine – **O Alojamento Social sob o Fascismo**, ed. Afrontamento, Porto, 1982, pg.219



O novo regime político, que se autoproclama de Estado Novo, conservador e nacionalista, implanta-se sob a concepção da ordem e da estabilidade, contra a instabilidade política e social existente no regime republicano. O Estado Novo católico, corporativo, fortemente centralizado e hierarquizado, marcado pelas influências integralistas e fascistas dos estados alemão e italiano, propunha-se acabar com aquilo que considerava a “confusão” e a “degradação” dos costumes da I República.

A família, constituía por isso o esteio principal do Estado, «a célula base da sociedade» e do sistema económico. Os programas urbanísticos, em especial os relacionados com a habitação social, serviam ao regime como veículo ideológico e propagandístico dos ideais do regime. A habitação era, por isso, um instrumento de defesa da instituição familiar e de preservação da ordem social.

Em 1933, em simultâneo com a publicação do Estatuto do Trabalho Nacional, é publicado o Decreto-Lei 23052 de 23 de Setembro, que estabelece todas as disposições referentes à construção de casas económicas e quem a elas devia ter acesso, nomeadamente, deveriam ser distribuídas «aos chefes de família empregados, operários assalariados, membros dos Sindicatos Nacionais e funcionários públicos», segundo o espírito da lei.

A Câmara do Barreiro, cuja Comissão Administrativa era presidida em 1936 pelo Dr. Augusto Lima de Albuquerque, decide aprovar uma deliberação em que se propõe a construção de um ou mais bairros económicos para fazer face ao problema habitacional, com base na legislação de 1933.

A exaltação da função social desses bairros, ao «remediar as deficiências de certas habitações», evidencia a intenção do representante do poder local, de procurar o apoio e a simpatia das classes laborais, para com a obra e as realizações do Estado Novo.

No discurso, é saliente a preocupação de enquadrar social e politicamente o descontentamento geral, de que a crise habitacional era uma das faces mais visíveis.

«Uma das medidas que o Estado Novo tem realizado, que maiores simpatias merece a todos os corações bem formados é, sem dúvida, a construção de casas económicas, para o que foi promulgado o decreto nº 23052 de 23 de Setembro de 1933, são já várias as terras do nosso país que estão realizando esse importante melhoramento, além de Lisboa e Porto.

O Barreiro, com a sua elevada população operária, de poucos recursos, onde se encontram numerosas habitações Anti-higiénicas e até Anti-morais, é uma povoação onde a necessidade de bairros económicos mais se faz sentir. Têm esses bairros uma alta função social, pois, além de remediar as deficiências de certas habitações, exercem uma influência benéfica no espírito e até na ideologia das classes trabalhadoras, pois tornam os seus componentes proprietários das casas que habitam, cumulativamente com a realização de seguros das suas vidas e contra a doença e acidentes no trabalho, fazendo-se assim uma propaganda eficiente e com factos dos mais convincentes, das vantagens da legislação do Estado Novo, a contrapor utopias irrealizáveis de certas doutrinas bem nefastas.»¹⁶¹

161 A.M.B., Livro de Actas, 1936, 11 de Fevereiro, pg.188



Com esta política o Estado Novo pretendia combater eficaz e convincentemente, as “doutrinas nefastas” ao regime, que, encontravam eco no seio da classe operária barreirense, após a instauração do golpe que conduziu à ditadura de Salazar.

As teorizações do Administrador do concelho remetem para o clima tumultuoso e agitado que caracterizou os primeiros anos da década de 30 no Barreiro, e, que tiveram o seu ponto culminante na revolta popular de 1935.

O próprio Presidente da Câmara, Lima de Albuquerque, sucedera no cargo ao anterior Administrador do concelho do Barreiro, Bento da Silva Fernandes, tenente da GNR, demitido do cargo pelo Governador Civil de Lisboa, em consequência da sua actuação durante os acontecimentos que nesse ano colocaram o Barreiro em estado de sítio.¹⁶²

Durante o mês de Abril tiveram lugar várias manifestações, greves e protestos, contra as prisões e a tortura praticada nas prisões pela PVDE.

162 ALMEIDA, Vanessa de – **Um Momento de Viragem do 18 de Janeiro de 1934 ao hastear da Bandeira Vermelha em 1935**, ed. CMB, 2005, pg. 50







«Será exactamente a actuação da PVDE no Barreiro, através das perseguições desencadeadas no seio do operariado barreirense, as várias prisões e, sobretudo, a violência gratuita a que os presos foram sujeitos, a causa principal para a revolta popular que irá estalar em meados do mês de Abril e que terá como principais protagonistas as mulheres do Barreiro.»¹⁶³

O Barreiro vivia então um clima conturbado de tensão social e política, resultante das condições de vida e existência de uma nova classe urbana, composta por milhares de operários proveniente dos meios rurais, com salários reduzidos e trabalho sobreexplorado, desenraizados socialmente, que apenas o que «consigo traziam e passível de ser vendido, era a força de trabalho».¹⁶⁴

A Condição Operária nos Anos 40. Retratos que impressionam

Em 1947 a Câmara Municipal do Barreiro efectuou um estudo, no âmbito dos trabalhos preparatórios do Plano Geral de Urbanização, sobre o problema habitacional no concelho que constitui, um dos retratos mais impressionantes e comoventes, da condição de vida dos operários no Barreiro, no final da década de 40.¹⁶⁵ Por se tratar de uma fonte insuspeita, pois constitui uma visão oficial na avaliação que faz do problema – muito embora tal documento não conhecesse a divulgação pública – impressiona, pela crueza dos números e situações que descreve.

O Estudo, concluído em Janeiro de 1948, refere na II Parte que a população no Barreiro, em consequência do desenvolvimento industrial, registara um assombroso crescimento populacional de cerca de 40% na última década.

«Tomando como certa a informação prestada pelos serviços camarários em Janeiro de 1947 de que a população do concelho registou nos últimos dez anos um aumento da ordem dos 40%, pode calcular-se, para o presente, que o número aproximado de habitantes é de 33 mil.»¹⁶⁶

O Barreiro era equiparado neste estudo às cidades inglesas de Manchester, Birmingham e Liverpool, alguns dos maiores centros industriais europeus da época.

Em 1940 a vila do Barreiro perdera definitivamente as suas características de vila piscatória e rural, em consequência do seu acentuado desenvolvimento industrial.

¹⁶³ ALMEIDA, Vanessa de – Ob. Cit.

¹⁶⁴ LEITÃO, Cláudia, «A Alcântara Operária dos Anos Trinta» in **Revista História**, Ano XVIII (Nova Série), Lisboa, 1996, pg. 24 e ss

¹⁶⁵ A.M.B. «O Problema Habitacional no Concelho do Barreiro – Estudo – 1948», Câmara Municipal do Barreiro

¹⁶⁶ Idem, fl. 10



A indústria constituía a quase totalidade das actividades económicas estabelecidas na vila e no concelho. O sector químico, instalado entre a via-férrea e o rio Tejo, a nascente da antiga vila ribeirinha, empregava cerca de 7000 operários na laboração das fábricas de óleos, azeites, sabão, velas e similares, ácidos, superfosfatos e adubos em geral, integrados no complexo industrial da C.U.F.¹⁶⁷

A indústria corticeira era, representada por 42 fábricas «disseminadas pela parte urbana da vila, muitas delas em construções rudimentares e sem condições higiénicas»¹⁶⁸ e empregava 1765 operários que anualmente transformavam 11.795 toneladas de cortiça.

Nas indústrias metalo-mecânicas laboravam, nos dois grandes complexos C.U.F. e C.P. cerca de 1500 operários, sendo que só no caminho-de-ferro eram cerca de 1000 os ferroviários.

O Barreiro era então um dos maiores centros operários do país, com uma população operária estimada de 10.286 indivíduos, incluindo todas as outras diversas indústrias, entre os quais se contavam 2842 mulheres.¹⁶⁹

As extraordinárias percentagens do aumento populacional que se verificavam eram explicadas pela grande concentração industrial e pelo facto de o Barreiro ser um concelho limítrofe de Lisboa, com boas acessibilidades que, atraía um sem número de trabalhadores.

«... a instalação e desenvolvimento das indústrias tornaram o concelho um centro de actividade a que se dirigem centenas de trabalhadores (senão mesmo milhares) anualmente, buscando trabalho...».¹⁷⁰

Esta situação era agravada por outro aspecto que se prendia com o facto de 38,6% da população, não ser natural do concelho.¹⁷¹

Nestas circunstâncias, o problema habitacional colocava-se como um grave problema social.

A questão da escassez de habitações originou a multiplicação de bairros de barracas por todo o concelho mas, em especial na vila do Barreiro, e, mesmo a construção de bairros de empresa – C.U.F. e C.P. – não o conseguia colmatar.

No final de 1946, a Câmara Municipal, recenseara a existência de 486 barracas «sem as menores condições de higiene e de conforto».¹⁷²

O Estudo traça um quadro bastante eloquente da realidade, ao referir que as condições de habitabilidade nestas barracas não podiam ser piores, e as situações de promiscuidade, rapidamente conduziam à ausência dos princípios mais básicos de dignidade.

«Estas barracas não têm as mínimas condições de higiene e de conforto. São de construção tosca e, na maior parte dos casos, antiga. Quando chove, a água inunda-as. Não oferecem defesa contra o frio nem contra o calor. São acanhadas e doentias. Numa delas, constituída apenas por um cubículo habitam nove pessoas. É frequente no entanto, encontrar casos em que cinco pessoas dormem no mesmo cubículo e na mesma cama. Encontrámos alguns, em visitas que fizemos ao Alto do Seixalinho e Quinta dos Silveiros, assim como em certos “pátios particulares” no Bairro das Palmeiras.»¹⁷³

A questão atingia particularmente as famílias operárias e alguns casos configuravam «verdadeiros quadros de tragédia».

«... num só quarto, num prédio antigo existente no centro da vila, vive uma família de cinco pessoas que não dispõem de ar, nem luz directa, e que não tem também, instalação eléctrica.»¹⁷⁴

Segundo a mesma fonte, o salário de um operário chefe de família podia oscilar entre 20\$00 e 30\$00 diários. Outra situação expressa neste estudo refere-se aos aspectos relacionados com a poluição e as suas incidências ao nível da saúde, em especial nos extractos populacionais infantis.

Segundo um relatório da Direcção Geral de Saúde Pública, no Barreiro, mais de 70% das crianças apresentavam «primo-infecções tuberculosas», causadas por deficiências alimentares e poluição atmosférica.

167 Arquivo do Ministério das Obras Públicas. Dados coligidos a partir do «Parecer nº 2.715 do Conselho Superior das Obras Públicas», 1957, fl.15

168 Idem. fl. 19

169 Idem. fl. 15

170 A.M.B. «C.M.B. O Problema Habitacional no Concelho do Barreiro – Estudo – 1948», fl. 13

171 Idem, lb.

172 PAIS, Armando da Silva - **O Barreiro Contemporâneo**, I vol., Câmara Municipal do Barreiro, 1971, pg.307 e ss

173 A.M.B., «C.M.B. O Problema Habitacional no Concelho do Barreiro – Estudo – 1948», fl. 22

174 A.M.B., «C.M.B. O Problema Habitacional no Concelho do Barreiro – Estudo – 1948», fl. 21

«No centro da vila e mesmo nos bairros limítrofes, não há zonas ajardinadas bastante defendidas da influência dos fumos da C.U.F., que sejam próprias para as crianças ou para os adultos. Há poucos meses

ainda, um médico desta Vila afirmava que mais de 70% das crianças do Barreiro acusavam primo-infecções tuberculosas. Os professores primários, por seu turno, dizem não poder mesmo em épocas de exames exigir maior esforço intelectual por parte das crianças, pois são raras as que podem resistir a um trabalho mais intenso sem acusarem graves sintomas de fadiga.»¹⁷⁵

Os aspectos políticos merecem igualmente referência neste estudo, em que o Barreiro é caracterizado como uma «terra de trabalho», onde predominam os «operários e empregados e pequenos proprietários e comerciantes»¹⁷⁶ onde predomina «uma certa tendência inconformista, um desejo forte, mas nem sempre bem caracterizado, de obtenção de mais decisivas conquistas sociais, que permitam o aumento dos seus níveis de vida.»¹⁷⁷

As tradições de luta política e reivindicativa que sempre caracterizaram o Barreiro não são ignoradas mas, encaradas como uma «lenda», e, menciona-se um certo «desinteresse pela “coisa” política». Contudo, apesar do desinteresse apontado, é reconhecida a existência de «aspirações ideais, um certo sentimento típico de descontentamento. E nas ocasiões em que pode manifestar-se, manifesta-se – sem benefício prático de ninguém e prejuízo de todos.»

Por último, alude-se às eleições legislativas, que terão registado uma abstenção da ordem de 90%, como prova do desinteresse da população barreirense pelas questões políticas.

Trata-se de eleições antecipadas para a Assembleia Nacional, realizadas em 18 de Novembro de 1945. Com o final da II Guerra Mundial e a vitória das forças aliadas, a oposição à ditadura de Salazar manifestou-se publicamente nas ruas pela queda do regime. Num sinal de aparente cedência, Salazar, prometeu conceder «liberdade suficiente» à oposição e realizar eleições. O Movimento de Unidade Democrática, fundado em 8 de Outubro desse mesmo ano, desencadeia uma forte mobilização popular, e consegue fortes apoios nos meios urbanos. A resposta de Salazar não se fez esperar: manda apreender as listas de assinaturas de apoio aos candidatos da oposição, seguidas de intimidações e perseguições, «restringe, sob o pretexto de que a oposição não apresentara candidaturas, a realização dos comícios oposicionistas; aperta novamente o rigor da censura; organiza comícios da União Nacional».

Perante este cenário a oposição suspende a campanha e decide não participar nas urnas. Os resultados eleitorais são elucidativos: «numa população de 7 milhões de habitantes, com cerca de 834. 000 inscritos: 44% de abstenções».¹⁷⁸

É nesta conjuntura que se manifesta o “desinteresse” a que se refere o estudo. Pela sua importância e por constituir um documento e um testemunho relevante para a história da condição operária no Barreiro no final da década de 40, transcreve-se parcialmente a parte deste Estudo, no que se refere à caracterização social e económica do concelho.

175 Idem, fl. 35

176 A.M.B., «C.M.B. O Problema Habitacional no Concelho do Barreiro – Estudo – 1948», fl. 15

177 Idem, fl. 16

178 cf. ROSAS, Fernando, «O Estado Novo (1926-1974)», **História de Portugal**, dir. José Mattoso, VII vol., ed. Círculo de Leitores, 1994, pg. 377 e ss

Janeiro de 1948

II Parte

«O Caso Especial do Barreiro

1 - Características dominantes

O Barreiro é, em superfície, o mais pequeno dos treze concelhos do distrito de Setúbal. A sua área é de 35,64 Km² - isto é, 0,6½ % da área distrital, enquanto a sua população, em 1940, ascendia aos 25.930 habitantes, ou seja, 9,17% da população do distrito. Deste modo, a sua densidade populacional, era a maior de todos os concelhos - e de longe -, pois enquanto no Barreiro atingia o impressionante número de 787,6 por Km², em Almada, por exemplo, segundo centro na ordem das maiores densidades, esta descia a menos de metade.

Emquanto [sic], e ainda em 1940, o número de prédios, no concelho, era de 4.958 e o número de fogos se repartia por 5.815, o número de famílias ascendia a 6.127, o que torna bem claro que algumas centenas dessas famílias cohabitavam com outras, impossibilitadas, ou pela insuficiência dos seus rendimentos ou (o que é mais certo) pela carência de habitações, de possuírem habitação própria.

// fl.10

Naquele mesmo ano, a população residente no concelho era de 26.104 pessoas. Tomando como certa a informação prestada pelos serviços camarários em Janeiro de 1947 de que a população do concelho registou nos últimos dez anos um aumento da ordem dos 40%, pode calcular-se, para o presente, que o número aproximado de habitantes é de 33 mil.

Ora, não pode supor-se que a construção de habitações (cuja existência era mais que insuficiente em 1940) tivesse acompanhado, nestes anos, mesmo de perto, o tão sensível crescimento da população. Muito pelo contrário, e por causas que a todos serão bem compreensíveis, o ritmo das construções - tanto em moradias próprias como em prédios de rendimento - decresceu a partir de 1940, aumentando por isso, e muito, o deficit de habitações, ao mesmo tempo que não melhorou a qualidade das já existentes, que se não renovaram aquelas que cumprem o ciclo da sua duração normal e que as rendas registavam uma vertiginosa e importante subida. Enquanto, em 1940, uma renda mensal de 300\$00 era já considerada como excessivamente onerosa para os orçamentos familiares, e que a média se mantinha nos 160 a 190 escudos, hoje, os máximos atingem os 700\$00 mensais (e mais até, em alguns casos esporádicos), e as médias repousam, sempre inquietas e mostrando tendência para quererem subir entre os os 350 e os 500 escudos, nas casas construídas nos últimos 8 anos, e que não têm, geralmente, mais que seis compartimentos, incluindo nestes as casas de banho e W.C. e as marquises.

Pelo censo de 1940, o total de prédios, fogos e famílias há

//fl.11

pouco citado, repartia-se desta maneira pelas três freguesias do concelho:

Freguesia do Barreiro (Santa Cruz) :

Prédios : 2.519 Fogos : 4.346 Famílias : 4.808

População residente em 1940 - 19.983 ;

em 1948 - (aproximada) 25.500.

Freguesia do Lavradio (Santa Margarida) :

Prédios : 483 Fogos : 575 Famílias 586

População residente : em 1940 - 3.577 ;

em 1948 - (aproximada) - 3250

Freguesia de Palhais (Nossa senhora da Graça) :

Prédios :1096 Fogos : 892 Famílias : 733

População residente : em 1940 - 3.577;

em 1948 (aproximada) - 4.500.

(Deve notar-se o facto desta freguesia ser a de mais dominante carácter rural. Por isso, e pelos elementos considerados como principais razões determinantes do aumento de população registado depois de 1940, não é de supor que ele tivesse, nesta freguesia, o mesmo ritmo. Todavia, calculou-se o mesmo aumento de cerca de 28% sobre os números de 1940, embora possa calcular-se como sendo apenas de metade o aumento real e considerando a outra metade como pertencendo à sede do concelho, que deve contar, assim, com 26.000 habitantes).

Quanto às características dos fogos, no que se reporta ao número de divisões, podemos verificar, ainda pelos elementos fornecidos pelo Recenseamento Geral da População, de 1940, que são os seguintes :

Com 1 só divisão.....	365
Com 2 divisões	699
Com 3 e 4 divisões	3.138
Com 5 a 7 divisões	1.394
Com mais de 8 até 50	217

Quanto à constituição das famílias, no que respeita ao número de pessoas que constituem o agregado :

Com 1 pessoa	285
Com 2 pessoas	985
Com 3 pessoas	1.350
Com 4 pessoas	1.184
Com 5 pessoas	978
Com 6 pessoas	591
Com 7 pessoas	366
Com 8 pessoas	193
Com 9 pessoas	107
Com 10 pessoas	140
Com 11 pessoas	22
Com 12 pessoas	13
Com 13 pessoas	8
Com 14 e 15 pessoas	5

2 - Desenvolvimento Progressivo

O Barreiro, tal como os maiores centros industriais da Inglaterra, por exemplo, desenvolveu-se e progrediu especialmente nos últimos cinquenta anos. Enquanto Manchester passava, neste meio século, dos 40 para os 140 mil habitantes, aumentando a sua população em 380%, e Birmingham e Liverpool registavam aumentos de respectivamente 200 e 300% - o Barreiro, de 1891 a 1940 via

//fl.13

a sua população registar um aumento da ordem dos 377%.

Não pode esperar-se, como já foi dito que o ritmo da construção de habitações acompanhasse, em tão curto espaço de tempo, o espantoso ritmo do aumento populacional que razões muito típicas determinaram e continuam a determinar.

pela vida, ocupa-os e absorve-os. Daí, a primeira causa de desinteresse pela "coisa" política. Depois, e a par dela, existe também uma certa tendência inconformista, um desejo muito forte, mas nem sempre bem caracterizado, de obtenção de mais decisivas conquistas sociais, que permitam o aumento dos seus níveis de vida. A proximidade da própria capital, com o seu padrão de vida tão diverso, é factor bem importante na determinação deste estado de espírito. Outro indicio se revela no facto de que são em grande quantidade os operários e modestos empregados que mesmo à custa de grandes sacrifícios procuram dar a seus filhos um curso técnico elementar ou mesmo superior, que possa libertá-los

los com espírito de decisão e procurar-lhes as soluções adequadas, antes que aumentem de importância e criem consequências que os tornem mais difíceis e complicados.

Infelizmente, o Barreiro viveu o seu primeiro período de desenvolvimento na época triste das lutas políticas que levaram à queda da monarquia constitucional e das que resultaram do advento da república democrática e se prolongaram por 16 anos. Num centro

// fl.17

operário em pleno desenvolvimento, cruzamento de gentes de todas as regiões do país, teve especial eco a agitação revolucionária que consumia a Nação. Por várias razões que estão na recordação de muitos, dessa época inglória ficou, nos espíritos, uma lenda acerca do Barreiro.

Passaram os anos, mudaram os regimes e os homens, mas a lenda não se desfez. A situação política que sucedeu ao "28 de Maio" dispensou ao Barreiro, através do Ministério das Obras Públicas e Comunicações que tinha a dirigi-lo o admirável espírito do Sr. Ministro Engenheiro Duarte Pacheco, alguma atenção, promovendo algumas realizações de capital importância. Mas o que se fez, infelizmente, minguada gota no oceano das necessidades do concelho.

De há muito que o problema habitacional absorve as atenções das diversas edilidades locais e por numerosas vezes a Camara Municipal tentou obter dos Poderes públicos o interesse pelo assunto, de modo a atenuá-lo na medida do possível. Mas em vão, as maiores, senão a maior, das aspirações locais, a solução do problema do alojamento, continua inatendida, a ser preterida de ano para ano.

Ao desinteresse apontado pela "coisa" política, juntam-se as vagas aspirações ideais, um certo sentimento típico de descontentamento. E nas ocasiões em que pode manifestar-se, manifesta-se - sem benefício prático de ninguém e prejuízo evidente de todos.

Nas últimas eleições para o período legislativo em curso foram de cerca de 90% as abstenções, pois não se obtiveram mais que escassos 10% de votos sobre o total dos recenseados.

Não é de desprezar a repercussão política que advém da realização duma aspiração que se funda em razões tão prementes e humanas, ou do desinteresse que essa aspiração pode merecer. O encarar-se com urgente decisão o problema, neste momento, traria as melhores consequências, mesmo na ordem política - pois a população do concelho sabe ser grata a quem por ela se interessa e procura resolver as suas dificuldades.»

A urbanização crescente de terrenos no Alto do Seixalinho, que tivera início nos anos 20, conheceu o seu ponto alto nas décadas de 50 e 60, com a execução do Plano Geral de Urbanização do Barreiro.

Este Plano apontava a expansão urbana da vila para Sul e Nascente, dando origem aos grandes aglomerados populacionais das novas freguesias do Alto do Seixalinho e Verderena, criadas em 1985.

A partir desta época estava definitivamente estabelecido o carácter e a vocação habitacional da freguesia do Alto do Seixalinho, como uma freguesia de feição operária.



Casas para Pobres

Em 1945, o problema habitacional «das classes operárias e trabalhadoras» no Barreiro estava longe de ser resolvido. A construção de habitações não acompanhava o ritmo populacional, sobretudo, as casas «de rendas acessíveis a essas classes...».¹⁷⁹

O Presidente da Câmara referia que o problema, comum nos grandes centros urbanos, colocava-se no Barreiro, com especial acuidade.

Nesse mesmo ano, o Ministério das Obras Públicas autorizou a construção de 5000 casas em todo o país, destinadas ao alojamento de famílias pobres, com uma participação financeira do Estado.

A Câmara do Barreiro oficiou o Governador Civil do Distrito de Lisboa, no sentido de lhe ser concedido apoio para a construção de «100 casas de habitação para as classes pobres no Barreiro» o que veio a ser autorizado.

Os primeiros bairros construídos com estas características foram o Bairro Frederico Ulrich e o «Bloco Cardeal Cerejeira».

Bairro Frederico Ulrich¹⁸⁰

Em 22 de Novembro de 1945 a Câmara Municipal do Barreiro recebe o «Ante-projecto de Um Bairro para Pobres a construir na Vila do Barreiro»¹⁸¹ da autoria do arquitecto Paulo Cunha, da Direcção Geral de Serviços de Urbanização do Ministério das Obras Públicas. Este bairro viria a denominar-se «Bairro Frederico Ulrich», e o projecto era, segundo o autor, semelhante a um outro já construído em Setúbal, com 3 tipos de moradias, a saber: Tipo Operário; Tipo Popular; Tipo Económico.

O projecto indicava como locais preferenciais de construção «de uma maneira geral povoações rurais e nos locais excêntricos da vila, especialmente (...) no lugar da Telha e Quinta das Canas».

Tal não veio a verificar-se, e o local escolhido para a construção do bairro municipal foi o Alto do Seixalinho, provavelmente, devido à pressão urbanística que ali se fazia sentir.

O bairro era uma das primeiras medidas concretas, finalmente levadas a cabo pela autarquia com o apoio do Estado, após vários anos de sucessivos esforços.

«Trata-se, em conclusão, de uma medida urgente de Assistência com o objectivo de resolver o problema da habitação para pobres na vila do Barreiro»¹⁸².

O bairro foi construído por fases, tendo a primeira ficado concluída em 6 de Novembro de 1949. O número de candidatos às 68 moradias iniciais foi de 400¹⁸³, tendo a Câmara deliberado, em 22 de Maio de 1950, sobre a construção de mais bairros de renda reduzida.

Os tipos de habitação estavam condicionados pela verba superiormente imposta, não devendo ultrapassar os 20.000\$00 por fogo.

179 A.M.B., Ofício dirigido pelo Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Joaquim José Fernandes, ao Governador Civil de Lisboa, em 18 de Abril de 1945

180 A denominação do Bairro prende-se com o facto de ter sido este ministro que despachou favoravelmente a autorização para a sua construção. Após o 25 de Abril o nome foi alterado para «Bairro Alves Redol».

181 A.M.B., «Ante-Projecto de um Bairro para Pobres a Construir na Vila do Barreiro» 1945

182 A.M.B., «Ante-Projecto de um Bairro para Pobres a construir na Vila do Barreiro. Memória Descritiva»

183 Cf. *Jornal do Barreiro*, nº5, 1950



89

92



88



Segundo o autor do projecto, o arquitecto Paulo Cunha «...a disposição adoptada é, julgamos nós, a mais conveniente para um núcleo urbano de população caracteristicamente operária.»

O programa das habitações resumia-se ao essencial, tendo em conta o baixo custo da construção. Consta de 2 ou 3 quartos, pequena retrete-casa de banho e sala comum incluindo cozinha.

As soluções apresentadas «...oferecem aspecto de vida interior disciplinado e não se afasta das concepções gerais da habitação do operário».¹⁸⁴

As moradias eram de dimensões acanhadas, facto que era reconhecido pelos próprios serviços municipais, podendo a área coberta ter entre 29.70 metros e 39.55 metros, conforme a tipologia da habitação.

As rendas eram de «120\$00 e 150\$00 mensais, respectivamente para as moradias do tipo B e do tipo D (Tipo B composto por 2 quartos, casa de estar e de jantar, cosinha, instalação sanitária e quintal – tipo D composto de 3 quartos, casa de estar e de jantar, cosinha, instalação sanitária e quintal).»¹⁸⁵

A inauguração das primeiras moradias do Bairro Frederico Ulrich, aprazada para o dia 10 de Dezembro de 1950, realizar-se-ia com toda a pompa e «...algumas solenidades, para fazer sentir à população mais este benefício que se deve ao Estado Novo e representa o cuidado que lhe merecem os carecidos de assistência.»¹⁸⁶

Com estas palavras, o Presidente da Câmara não se cansava, uma vez mais de enaltecer o papel social do Estado, como o grande promotor e construtor de alojamento para os trabalhadores e os mais desfavorecidos. Na mesma data a Câmara do Barreiro procedeu à abertura da Escola Primária do Alto do Seixalinho, cujo projecto se integrava no Plano dos Centenários.¹⁸⁷

Para a construção das restantes moradias, a C.M.B. adquiriu algumas courelas de terras de sementeira e oliveiras a José Cândido Guerreiro, situadas no Alto dos Silveiros, confrontando com a Azinhaga do Paiva. Nos anos seguintes prosseguiu a urbanização dos terrenos «junto ao Bairro das classes pobres», com a construção de várias edificações que prolongaram a Rua Voz do Operário e adjacentes.

«Tratando-se de aumentar a zona urbanizada da vila, com o aproveitamento da urbanização o prolongamento da rua Voz do Operário, parece vantajoso autorisar-se as construções de carácter modesto embora de dois pisos.»¹⁸⁸

Inicialmente o bairro foi ocupado por operários e trabalhadores de fracos recursos económicos e, só posteriormente, as casas passaram a ser atribuídas exclusivamente a funcionários do município.

184 Idem

185 A.M.B., Ofício da Câmara Municipal do Barreiro, ao Governador Civil do Distrito de Setúbal, em 15 de Novembro de 1950

186 Idem

187 O chamado «Plano dos Centenários» integrava-se na política de glorificação do regime, visando criar um pretensível modelo arquitectónico nacional para os edifícios escolares. Pretendia-se conciliar os aspectos tradicionais com as influências modernistas da época, resultando daí o que viria a ser classificado como «formas híbridas e incongruentes», na arquitectura portuguesa da altura. Cf. JANARRA, Pedro – **A Política Urbanística e de Habitação Social no Estado Novo**. Tese de Mestrado em Sociologia (texto policopiado), Lisboa, 1994

188 A.M.B., «Urbanização do Bairro para Classes pobres do Barreiro», 1950







«Bloco Cardeal Cerejeira»

No âmbito do plano de construção estabelecido pelo Estado Novo, o Ministério das Obras Públicas atribuiu financiamento às Câmaras para edificação de bairros de “casas económicas” para operários e bairros de “casas para pobres”.

Este Plano previa vários tipos e modelos habitacionais, conforme as categorias sociais ou em consonância com as organizações corporativas da sociedade.

Assim surgiram as «casas de pescadores, de funcionários¹⁸⁹, de “pobres” (categorias sociais desprovidas de meios para se tornarem proprietárias); mas sempre subjacente a este modelo: o discurso da exaltação do ruralismo e a crítica ao modernismo urbano “dissolvente, consonante com o imobilismo reinante.»¹⁹⁰

Neste contexto, foram construídos pelo Centro Paroquial e de Assistência Padre Abílio Mendes, alguns blocos habitacionais no Alto do Seixalinho e na Telha.

O conjunto habitacional do Alto do Seixalinho situa-se na Rua dos Açores, em terreno oferecido pela Câmara e é constituído por dois blocos de 8 fogos «de casas para pobres»¹⁹¹. Teve o seu início em 1955.

Este bairro recebeu inicialmente a denominação «Bloco Cardeal Cerejeira» e posteriormente «Bairro Padre Abílio Mendes». Presentemente encontra-se desocupado e emparedado.

O Centro Paroquial e de Assistência Padre Abílio Mendes construiu um outro bairro do mesmo tipo na Telha, cujos terrenos foram doados por João Nicola Covacich.

189 As “Casas de Cantoneiros”, da Junta Autónoma de Estradas, quem não se recorda delas?

190 COSTA, Jorge da - « Guia de Arquitectura Moderna - Bairros do Estado Novo 1933-1958i » in **Porto 1901-2001**, ed. Regional da Ordem dos Arquitectos, Porto, Liv. Civilização, 2001

191 PAIS, Armando da Silva – **O Barreiro Contemporâneo**, I vol., Câmara Municipal do Barreiro, 1971, pg. 315





O Bairro novo da C.U.F.

O novo Bairro Operário construído no Barreiro pela C.U.F., sob projecto do arquitecto Fernando Silva viria a situar-se, no Alto do Seixalinho, junto à estação do Lavradio, em terrenos da antiga quinta da Fonte, adquiridos por aquela empresa.



Este bairro é composto por 4 blocos de 4 pisos, em banda, com 45 habitações cada um. Foram inaugurados em 1955 os blocos «Alferrarede» e «Mirandela» e no ano seguinte «Soure» e «Canas de Senhorim».

Tratava-se na época de um bairro modelar, moderno, construído com «estruturas de betão armado, paredes exteriores duplas de tijolo e pavimentos em tijolo armado, garantindo, por isso, os desejáveis isolamentos térmico e sónico de pavimento para pavimento»¹⁹², com critérios de selecção mais rígidos, destinado «a fixar uma verdadeira elite operária, distinguindo-a da restante massa generalizada de operários. Uma elite profissional mas também uma elite moral.»¹⁹³

Este bairro foi conhecido, em alguns meios, por “Bairro dos Católicos”, segundo alguns testemunhos, devido ao facto de a C.U.F. supostamente não atribuir casas a quem não fosse casado pela igreja.

Apesar desta imposição, contudo, alguns moradores encontravam formas de conseguir resistir ao casamento católico e até ao baptismo dos filhos. Conforme nos testemunhou Manuela Fonseca e Ana Nunes de Almeida confirma.

«Alguns colegas meus casaram pela igreja para ter uma casa. Eu entendi que não havia de ser assim.»¹⁹⁴ Todavia, as Normas de 1953 para atribuição de casa no Bairro de Santa Bárbara, exigiam uma conduta moral irrepreensível, referindo como condição básica a constituição legal da família e a filiação legítima dos filhos.¹⁹⁵

192 PAIS, Armando da Silva – **O Barreiro Contemporâneo**, I vol., Câmara Municipal do Barreiro, 1971, pg. 311

193 ALMEIDA, Ana Nunes, ob. cit. pg. 171

194 Idem, pg. 172

195 «Bairro Operário - Normas para Transferência de Casas (1953)» (texto policopiado) Arquivo da Quimiparque





O novo Bairro Operário da C.U.F. e o projecto do arquitecto Cristino da Silva

Após a construção dos blocos «Alferrarede» e «Mirandela» no seu novo bairro operário, a Companhia União Fabril, anunciou a intenção de prosseguir com a construção de mais habitação no Barreiro, para o seu pessoal.

Segundo a imprensa da época, a C.U.F. iria construir «um novo bairro operário com 700 casas no valor de 12 mil contos, destinado aos seus operários, que ficará situado entre o Lavradio e esta vila, aguardando apenas para iniciar a sua edificação que a repartição competente do Ministério das Obras Públicas lhe autorize, pois [sic] o respectivo projecto que já está elaborado».¹⁹⁶

O autor do projecto aqui referido era o arquitecto Cristino da Silva, figura de relevo no regime de Salazar, sobretudo a partir da realização da “Exposição do Mundo Português”, de 1940, em Lisboa. A Praça do Areeiro em Lisboa, da sua autoria, viria a ficar consagrada como «a peça mais marcante»¹⁹⁷ da chamada arquitectura do Estado Novo, incorporando toda a simbólica de representação da ideologia do regime.

O projecto proposto por Cristino para o Bairro Operário da C.U.F. acabaria, contudo, por não passar do papel, pois na mesma época, a Câmara procedia à realização dos primeiros estudos com vista à elaboração do Plano Geral de Urbanização do Barreiro e o estudo não se enquadrava nas previsões da C.M.B. e Direcção Geral dos Serviços de Urbanização do M.O.P. No entanto, pelas suas características, merece aqui referência.

O novo bairro da C.U.F. pretendia ser uma pequena cidade, totalmente independente do resto da vila do Barreiro.

«O local escolhido para a construção situava-se a sudeste da vila do Barreiro, num terreno atravessado pela via férrea, propriedade da empresa, com uma área de 12,6 hectares, denominado Quinta da Fonte, a que seria necessário adicionar várias parcelas de terreno...»¹⁹⁸

O projecto constava de quatro zonas, a saber: zona residencial; zona cívica; zona escolar e de culto e zona desportiva.

A primeira zona, destinada à área residencial era composta por 12 blocos grandes, para famílias pouco numerosas; 8 blocos pequenos destinavam-se a famílias pouco numerosas; 7 grupos de habitações em ordem contínua eram para famílias numerosas; 18 habitações geminadas eram para famílias numerosas; 45 habitações familiares destinavam-se a famílias numerosas e Chefes de Fábricas. Finalmente, existiam ainda 20 habitações «para pessoas solteiras».

Na zona cívica estava reservado espaço para Administração, Biblioteca, Diversões, Associação, Estabelecimentos comerciais, Polícia e Bombeiros.

A zona 3 destinada ao espaço escolar e culto comportava uma escola Maternal e Creche, Escolas Primárias, Habitações para Professores, Capela e Presbitério.

Por fim, a zona desportiva incluía Estádio de Futebol, Campos de Jogos e Parques de Estacionamento. Tratava-se de um projecto que comportava a construção de 700 fogos «destinados a alojar operários, encarregados, capatazes e quadros superiores»¹⁹⁹ e pretendia transformar aquela zona numa pequena cidade modelo, um espaço privilegiado «...onde não faltarão centros culturais e educativos, escolas, creche, centro comercial e uma autêntica cidade-desportiva...».²⁰⁰

196 A.M.B., «Urbanização do Bairro para Classes pobres do Barreiro», 1946, recorte de jornal não identificado.

197 FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Maria de Lurdes – **Luís Cristino da Silva Arquitecto**, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, pg.113

198 Ob. cit., pg.204

199 FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Maria de Lurdes – **Luís Cristino da Silva Arquitecto**, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, pg. 204

200 PAIS, Armando da Silva – **O Barreiro Contemporâneo**, I vol., Câmara Municipal do Barreiro, 1971, pg. 311 e ss



Jorge de Melo, à data administrador da C.U.F., projectava ainda reconstruir naquele local a antiga ermida quinhentista de Santa Bárbara, demolida por seu avô Alfredo da Silva, em 1932. O bairro abrangia parte dos terrenos da “Escavadeira”, que deveriam ser adquiridos, a Quinta da Fonte no Lavradio, propriedade da C.U.F., onde veio a ser construído o actual “Bairro dos Engenheiros” e terrenos da Fábrica de Cortiça Barreiras. Cristino da Silva trabalhou neste projecto de 1945 a 1951, e, o que inicialmente fora esboçado como um bairro de «casas de habitação para operários no Barreiro», sofreu modificações consecutivas, tendo o Plano Definitivo ficado concluído em 28 de Fevereiro daquele ano. As sucessivas alterações que lhe foi introduzindo atrasaram a entrega do projecto, o que levou a Administração da C.U.F. a preterir-lo em favor de um plano do arquitecto Fernando Silva.²⁰¹

201 FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Maria de Lurdes – **Luís Cristino da Silva Arquitecto**, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, pg. 147



Bairro da Federação das Caixas de Previdência ²⁰²

Foi iniciado em 1964 e enquadrava-se no plano do novo Bairro da C.U.F., devendo ficar concluídas as primeiras 188 habitações no ano seguinte. Tratava-se de um programa desenvolvido pela Câmara em colaboração com a C.U.F. que previa a construção de cerca de 1000 fogos no Barreiro.

«O acordo para a sua construção foi celebrado em 23.IV-1964, entre a Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas (que o constrói), por intermédio da Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia União Fabril e Empresas Associadas...»²⁰³, tendo sido os terrenos em parte cedidos pela C.U.F e os restantes adquiridos pela Câmara do Barreiro.

Bento Viegas Louro, Presidente da Câmara, considerava nesse tempo que a população crescera «assustadoramente» e o Barreiro, então com cerca de 40 mil habitantes continuava com graves carências habitacionais, existindo «4 mil operários necessitados de habitação.»²⁰⁴

Este bairro, enquadrava-se na política de construção de Bairros Económicos então em curso, e os alojamentos destinavam-se a ser adquiridos por operários, através de empréstimos concedidos pelas caixas de Previdência, a fim de dar resposta à crescente procura por parte de «grandes massas populacionais [que] têm ido fixar-se naquela «universidade do trabalho» que era o Barreiro, nas palavras de Bento Louro. Este bairro situa-se entre as actuais Avenida das Nacionalizações e Avenida do M.F.A.

²⁰² Em 15 de Junho de 1946 foi criada por decreto-lei a instituição “Habitações Económicas-Federação das Caixas de Previdência” composta por 31 Caixas de Previdência. A sua associação tinha como finalidade a construção de habitações “económicas” que seriam arrendadas em regime resolúvel.

²⁰³ PAIS, Armando da Silva – **O Barreiro Contemporâneo**, I vol., Câmara Municipal do Barreiro, 1971, pg. 316

²⁰⁴ Idem, pg. 318



Bairro da Guarda-Fiscal

A construção deste bairro para a Guarda-Fiscal insere-se na política do Estado Novo que estabelecia a construção de habitação para os vários organismos corporativos da sociedade

Foi construído pela Assistência da Guarda-Fiscal em terrenos concedidos pela Câmara do Barreiro.

A sua inauguração efectuou-se em 29 de Agosto de 1961: «nesta vila festivamente, a cerimónia da inauguração de um bloco de oito moradias de renda económica, destinados exclusivamente a sargentos e praças da Guarda Fiscal, em serviço no Barreiro».²⁰⁵

O projecto de urbanização deste bairro constava de blocos de moradias para 4 locatários «ocupando cada bloco uma frente de dezoito metros e sessenta por oito metros e vinte de fundo, ladeado cada bloco por uma faixa ajardinada, o que permitiria maior claridade às casas e independência aos blocos».²⁰⁶

Estes blocos habitacionais situam-se na Rua dos Açores.

205 *Jornal do Barreiro*, nº 569, 14 de Setembro de 1961

206 A.M.B., Livro de Actas da Câmara Municipal do Barreiro, 1985





IV. Em Conclusão





Durante 5 séculos, que decorreram desde o final do século XV até meados do século XX, o espaço que actualmente constitui a delimitação geográfica e administrativa da Freguesia do Alto do Seixalinho sofreu transformações surpreendentes.

A criação da Freguesia, datada – apenas – de 1985 é o corolário de um processo de evolução que corresponde à expansão urbana que caracterizou a Vila do Barreiro, a partir de meados de oitocentos, com a introdução do caminho de ferro, e que sofreu uma aceleração repentina, com a instalação das indústrias químicas, no princípio do século XX.

O espaço rural que tradicionalmente caracterizava esta zona, constituído por quintas e pomares de culturas mimosas – que abasteciam a Vila do Barreiro com as novidades de cada época –, terras de sementeira, em especial vinhas, cedeu lugar, em pouco mais de 2 décadas, dos anos 20 a meados dos anos 40, ao espaço urbanizado.

O espantoso processo de industrialização que caracterizou o Barreiro entre os dois conflitos mundiais desencadeou por seu turno, um outro fenómeno importantíssimo: a migração interna, que se prolongou pelas décadas seguintes, até ao final dos anos 70. Para muitas famílias provenientes dos meios rurais, o Barreiro era uma terra de promessas, que nem sempre se concretizaram.

Os documentos e os testemunhos atestam e comprovam as dificuldades do dia-a-dia, de uma nova classe – a classe operária, que pouco a pouco se foi constituindo, suportando condições de vida assombrosas.

Foi especialmente no espaço geográfico que actualmente representa a Freguesia do Alto do Seixalinho que essas transformações do tecido económico-social do Barreiro tradicional se foram operando. Nesta freguesia edificaram-se vários bairros, destinados a «acolher e dar abrigo» aos operários e às suas famílias. Nos primeiros tempos, nas décadas de 20/30, era disso que se tratava, «abrigar», mesmo que muito precariamente. Nos anos 30, o Estado Novo desenvolve o conceito dos “bairros de casas económicas” e “bairros de casas para pobres”, tão do agrado de Salazar.

«...casa dos mais pobres, casa salubre, independente, ajeitada como um ninho – lar da família operária, lar modesto, recolhido, português».²⁰⁷

As “casas para pobres” começam então a ser construídas nesta época. No concelho do Barreiro, o Alto de Seixalinho, foi o local escolhido para a construção destes primeiros bairros para operários.

A construção de vários conjuntos habitacionais, sobretudo nos anos 30/40, destinados a «certas famílias menos abastadas, especialmente as de operários», veio definir a vocação e o carácter desta zona, com características próprias visíveis no seu património histórico e arquitectónico, e conferiu, definitivamente, uma feição marcadamente operária à Freguesia do Alto do Seixalinho.

207 FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Maria de Lurdes – **Luís Cristino da Silva Arquitecto**, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, pg.101

V. Fontes e Bibliografia





FONTES

Arquivo da Casa da Moeda e Papel Selado, «Contas Correntes dos Objectos Preciosos de Ouro, Prata, e Jóias que pertenceram aos Conventos Suprimidos do Continente do Reino», Lisboa, Imprensa Nacional, 1842

Arquivo Distrital de Setúbal (A.D.S.), Cartório Notarial do Barreiro, L.º 54 (1843-1852)

A.D.S., Cartório Notarial do Barreiro, Cx. I, L.º I (1592)

Arquivo Municipal do Barreiro (A.M.B.), Livro dos Títulos dos Aforamentos da Câmara Municipal do Barreiro (1807-1865)

A.M.B., Livro de Actas da C.M.B. (1872)

A.M.B., Livro de Actas, 1936

A.M.B., «C.M.B. O Problema Habitacional no Concelho do Barreiro – Estudo – 1948»

Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), Cod 68, RES

BNL, *Jornal «O Sul do Tejo»*, 1902

BNL, *Jornal «Avante»* nº25, 10 de Novembro, 1910

BNL, Crónica de Santa Maria da Arrábida, 1728

Instituto Geográfico Português, Carta Militar e Topográfica da Península de Setúbal, 1813-1816

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT)- Ordem de Santiago/Convento de Palmela, Maço 2, Doc.65

IAN/TT, Ordem de Santiago/Convento de Palmela, Mç. 2 doc. 69

IAN/TT, Convento de Santiago, Visitação da Villa Nova do Barreiro, Livro 171

IAN/TT, Ordem de Santiago/Convento de Palmela, Livro 195, fl. 227

IAN/TT, Desembargo do Paço, Ilhas, Maço 1989, doc. 7, cx. 1829

IAN/TT, Chancelaria de D. João II, L.º 22

IAN/TT, Provedoria de Setúbal, Maço 110, Doc. 21

IAN/TT, Provedoria de Setúbal, Maço 9 doc. 34

IAN/TT, Chancelaria de D. Manuel I, L.º 37

Jornal do Barreiro, nº 569, 14 de Setembro de 1961



BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Ana Nunes de – **A Fábrica e a Família**, ed. Câmara Municipal do Barreiro, 1993
- ALMEIDA, Vanessa de – **Um Momento de Viragem do 18 de Janeiro de 1934 ao hastear da Bandeira Vermelha em 1935**, ed. CMB, 2005
- AZEVEDO, Ruy de – *Período de formação Territorial* in **História da Expansão Portuguesa no Mundo**, vol. I, Lisboa, 1937
- BUARCOS, João Brandão, **Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552**, org. José Felicidade Alves, Horizonte, Lisboa, 1992
- CARLÓ, Carlos Alberto – **Monografia do Movimento Associativo da Freguesia do Alto do Seixalinho**, ed. Junta de freguesia do Alto do Seixalinho, 2003
- CARMONA, Rosalina – **Lavradio A Igreja de Santa Margarida 1492-1569**, ed. Junta de Freguesia do Lavradio, 2004
- CARMONA, Rosalina e BORRACHA, Alexandra - **Inventário do Património Imóvel do Concelho do Barreiro**, ed. Câmara Municipal do Barreiro, 1999
- “Contribuição para Estudo das Casas para Operários” **Boletim do Trabalho Industrial**, nº66, Ministério do Fomento, Lisboa, 1866
- Convento da Madre de Deus da Verderena*, Sector do Património Histórico Cultural, Câmara Municipal do Barreiro, 1999
- COSTA, Jorge da - « Guia de Arquitectura Moderna - Bairros do Estado Novo 1933-1958» in **Porto 1901-2001**, ed. Regional da Ordem dos Arquitectos, Porto, Liv. Civilização, 2001
- CRUZ, Maria Alfreda – **A Margem Sul do Estuário do Tejo. Factores e Formas de Organização do Espaço**, s.l. 1973
- FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Maria de Lurdes – **Luís Cristino da Silva Arquitecto**, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998
- GROS, Marielle Christine – **O Alojamento Social sob o Fascismo**, ed. Afrontamento, Porto, 1982
- JANARRA, Pedro – **A Política Urbanística e de Habitação Social no Estado Novo**. Tese de Mestrado em Sociologia (texto policopiado), Lisboa, 1994
- LEÃO, Duarte Nunes do – **Descrição do Reino de Portugal**, Lisboa, 1610
- LEITÃO, Cláudia, «A Alcântara Operária dos Anos Trinta» in **Revista História**, Ano XVIII (Nova Série), Lisboa, 1996
- PAIS, Armando da Silva – **O Barreiro Antigo e Moderno**, Câmara Municipal do Barreiro, 1963
- PAIS, Armando da Silva – **O Barreiro Contemporâneo**, 3 vols. Câmara Municipal do Barreiro, 1971
- PROENÇA, José Caro – **encobrimentos nos Descobrimentos Livro I**, ed. Câmara Municipal do Barreiro, 2000
- RAU, Virgínia - **Estudos Sobre o Sal Português**, Lisboa, ed. Presença, 1985
- Relatório da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Barreiro** – 1 de Maio de 1930/31 de Dezembro de 1934, Tip. Comercial, Barreiro
- ROSAS, Fernando, «O Estado Novo (1926-1974)», **História de Portugal**, dir. José Mattoso, VII vol., ed. Círculo de Leitores, 1994
- SEABRA, José Alberto – «Dos Conventos ao Museu: histórias que o forno apagou» in *Inventário do Museu Nacional de Arte Antiga. Coleção de Ourivesaria*, 1º vol., Lisboa, 1995
- TEIXEIRA, Jorge, **O Barreiro que Eu Vi**, Prefácio, revisão e notas de Natalina Catarino, Câmara Municipal do Barreiro, 1993
- VARGAS, José Manuel – De Alcochete ao Barreiro. *Alguns Elementos para o Estudo do Antigo Concelho do Ribatejo*, in **História de Palmela ou Palmela na História**, Câmara Municipal de Palmela, 1988
- Um Olhar Sobre O Barreiro*, ed. Augusto Valegas, nº 1, III Série, 1992
- VIEIRA Alberto e CLODE Francisco – **A Rota do Açúcar da Madeira**, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996

visitaçõ da ermida de s. marcos
nao s. m. b. d. p. m.

150

visitaçõ da ermida de s. marcos
nao s. m. b. d. p. m.
visitaçõ da ermida de s. marcos
nao s. m. b. d. p. m.

visitaçõ da ermida de s. marcos
nao s. m. b. d. p. m.

visitaçõ da ermida de s. marcos
nao s. m. b. d. p. m.
visitaçõ da ermida de s. marcos
nao s. m. b. d. p. m.

visitaçõ da ermida de s. marcos
nao s. m. b. d. p. m.
visitaçõ da ermida de s. marcos
nao s. m. b. d. p. m.

+
 Visitação da ermida de sammarco
 situada junto da verdezena a
 1/4 de milha das vinhas em
 quarto de ergoa / esta lenda
 ordo / não ha memoria de q
 a y dificon / tem sua com fiana
 na verdezena

+ tem a ermida em acaez da clunaria
 sobre o nome u timado appare de
 em curio firo de vuceto de madeira
 posto em sua clunario / da par de
 da epistola / sua imagem de vuceto
 de madeira de sdo marcos cujo orago
 se a ermida do avangreço em ttauolo
 pegno de Athandeb, pmtado a vero
 ma / e no acaez / ou ha imagem
 de vuceto pegnas /

+ A ermida quadrada percomgada por
 La ducaz

+ a paredes da clunaria /
 Oritomaderado de castanço com elingao
 do mesmo de canicado / trefado e
 percimado /

+ duas a clunarias de vidro diamde
 do acaez / q ora em dem aos cabados
 sua dila de mo dia q tráo pa o az

+ sua pia de barro vidrada verde posta
 sobre em pilar de pedra em trando
 pela porta a mão direita
 Não tem grade

+ sua portada da clunaria de ponto
 suas portas de castanço velle
 coada co firo e co fiane e fregadas

- +
- + Não tem a' c'pendere /
nem em d'p'ção na J'mida não tem adro
 - + Não tem Imagem n' p'entura da timidade
 - + tem sua casa da do p'ado donoz de
onde pousana o J'mitão / e de p'edia
b'ap'io maderada de pinho de houca
treçada de vacadio / sua portinga
q' vai da s'ua quinta linha / orne
rola n'ra equinta e por d'entis da J'mida
Não tem J'mitão

+
prata. Cornam da J'mida

- + s'ua ca'ly de prata brava c' sua patna
Ope h' domo / Laurado de hamos / O
no domo Laurado de hozas e h' h'mos
Obazo Capatna eliza / sua Cruz de
s'ao Jo'ao nomeio p'edru. s'ua mara e
duas om'as tem sua mara ————— j m ij (o cas)
- + sua Vidimenta de todo comp'ida usada
de capa de sauc' Alhamjada de h' h'oz
de am'ego / azu'el / e amareco. Alorada
de ro'pa azu'el /
- + s'ua Alomtae de pano pintado q' ro'la
no a'ctar / e sua to'ca de pano da
J'mida /
- + duas to'cas mais de pano da J'mida
- + s'ua C'co e duas core'dicas q' s'ua
no a'ctar de pano da J'mida
- + sua pedra d'ara e sua Alionça
- + s'ua g'ozporas do lamda c' pau'ca
e g'oz da nouos

7 Douo cablitaro p eyrnos da cofia de cano
vltmo no a ce tar

7 sua rotamte de pao no a ce tar

7 duas gales etas - dobtango

7 sua campainha / p eyrna

7 Douo micaso thomas demarcameca
caos e boos /

Cera da comfiana

7 Douo cuios thomados de crã verde
Laurados de floegadernicio p eyrna
ambos sua a thoba -

7 Ocho capucos p eyrna cada su tres abta

7 trinta cuios demão da thoba e meio
cada su /

Comfiades

7 tem a comfiana X y comfiades pagão
O que qm en por sua deuação

7 por o ou dia manda: Drn o mordomo
sua missa cantada e p regação e
o paga a cubta das v molas que
tira o mordomo / Cada th forma sa
na cada su año / O tem prata coram
em sua casa q e q das por em vem turro
q da omb no a iuro da comfiana -

7 Acou o viciador por mordomo Jorge
de murc fcs / não se tomou conta por
não acabado o su año / tomo a o
do año pasado e trada a sua dispeza
da thba com diuidas q de uias outros mor
domos e arsou de cur / mee e do
ambos e dos v e fuzão carregados
võre Jorge de murc fcs por os thobr

(1) my x no 2











Junta de Freguesia do Alto do Seixalinho